

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
SEGURIDADE SOCIAL

Ciro Nogueira sofre derrotas na Casa Civil de Jair Bolsonaro ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda as 17 propostas de lei no relatório final da CPI da Covid ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência complementar fica para a última hora ..... 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

'Vamos sair juntos', diz Bolsonaro sobre Guedes ..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados turbinam ações sociais antes de eleição ..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Política por trás do teto deu errado - CELSO ROCHA DE BARROS ..... 15

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Oposição à Reforma do Imposto de Renda une indústria, comércio e serviços (Reforma tributária) ..... 16

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com crise política e econômica, número de IPOs cancelados ou adiados já supera o de estreates na Bolsa ..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo atua para barrar desoneração da folha de 17 setores ..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Apostas abertas para o comando da Economia ..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Nova rodada de alta de juros ..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Sob pressão dos combustíveis ..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Investidor à espreita (Editorial) ..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

'Brasil regrediu, e governo vai sair gastando', lamenta um dos pais da regra do teto .....	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Área técnica teme novos avanços sobre Orçamento .....	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST ECONOMIA	
Bitcoin deve ganhar mais força diante da inflação .....	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE ECONOMIA	
Pandemia e dólar alto criam fila de 50 mil por cirurgia cardíaca no SUS .....	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Drible no teto cria cilada para 2023 .....	42
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Auxílio virou pretexto para governo abrigar demandas do Centrão .....	44
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Pandemia tem alívio, mas gastos públicos com saúde seguem em alta .....	46
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Condições financeiras deprimem PIB em 2022 .....	47
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Estagflação vira realidade antes para mais pobres .....	48
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Economista alerta para risco de dominância fiscal .....	49

# Ciro Nogueira sofre derrotas na Casa Civil de Jair Bolsonaro



O ministro Ciro Nogueira em cerimônia no Palácio do Planalto Pedro Ladeira - 12.ago.2021/Folhapress

## Ranier Bragon Brasília

Após dois meses e meio da posse de Ciro Nogueira (PP) na Casa Civil de Jair Bolsonaro, o governo continua sofrendo derrotas em série no Senado, casa de origem do ministro.

Além de consolidar a influência do centrão sobre o governo e reforçar a ala política em um momento de tensão institucional, a escolha de Ciro para o lugar do general Luiz Eduardo Ramos trazia também a expectativa do Palácio do Planalto de amenizar sua crítica situação na Casa.

Entre outras tarefas, o senador tinha como uma das principais missões assumir o papel de estrategista do governo na CPI da Covid, importante foco de desgaste do presidente no Senado. Até então, o principal articulador do Planalto na comissão era o ministro Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência).

Além de Ciro não conseguir alterar o rumo da CPI, que na quarta-feira (20) apresentou seu relatório final como proposta de punição de Bolsonaro por nove crimes, entre eles prevaricação e charlatanismo, o Senado foi palco nesses dois meses e meio de vários outros reveses para o Planalto.

A reforma do imposto de Renda, uma das prioridades da equipe de Paulo Guedes (Economia), foi aprovada na Câmara em 1º de setembro, mas, desde então, empacou no Senado. O governo esperava usar o projeto para conseguir viabilizar recursos para a reformulação do Bolsa Família, mas, diante da

resistência na Casa, teve que procurar outros caminhos.

Nesse mesmo dia em que a Câmara -comandada por Arthur Lira (PP-AL), alinhado ao presidente da República- aprovava a reforma do IR, a equipe de Guedes sofreu uma outra derrota significativa no Senado, a rejeição de sua proposta de minirreforma trabalhista por uma votação expressiva, 47 votos a 27.

Em outro sinal claro da desarticulação do governo no Congresso, 12 vetos presidenciais foram derrubados por Câmara e Senado no final de setembro, entre eles um em que havia acordo entre os líderes partidários para ser mantido -o que permite que partidos políticos se organizem em uma federação pelo tempo mínimo de quatro anos.

"A votação dos vetos foi uma coisa curiosa, a impressão era que não tinha governo, não existia articulação, a coisa se deu sem reação nenhuma, nunca vi uma bancada do governo tão desarticulada", afirmou o senador Álvaro Dias (Podemos-PR).

"Uma vez uma pessoa me perguntou: 'Por que aquele secretário do seu governo era tão bom e agora é tão ruim?'. E eu respondi: 'Porque naquela época tinha governador'. Não adianta ser bom na política, conhecer os parlamentares e coisa e tal, se o presidente não ajuda." Para que um veto presidencial seja derrubado, é preciso o voto de mais da metade dos 513 deputados e 81 senadores. Antes de Bolsonaro, eram raras situações como essa.

Além das federações dos partidos, foram retomados projetos como o que prevê repasses do governo para ampliar o acesso das escolas públicas à internet em alta velocidade e a suspensão da prova de vida do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

"Eu continuo achando o governo em um processo de desarticulação", diz o senador Eduardo Girão (Podemos-CE), membro da CPI da Covid.

"As votações estão ocorrendo de uma forma muito liberada. É importante para a liberdade legislativa, do parlamentar, mas é perigoso do ponto de vista da governabilidade", afirma o senador, que tem adotado posições pró-governo na comissão.

Apesar das derrotas em série, há senadores que avaliam que pelo menos houve melhora na interlocução entre o Legislativo e o governo, o que ajudou a tranquilizar o clima político.

"Acho que o diálogo com o Congresso foi meio suavizado. No sentido de estabelecer o clima de diálogo, no sentido de: sou crítico, sou oposição, mas sei com quem conversar. Não que o país ficou mais democrático, mas foram azeitados os dutos de comunicação da oposição com o governo", afirmou Esperidião Amim (PP-SC).

integrante da bancada governista na CPI, Luis Carlos Heinze (PP-RS) diz também ver melhora na articulação política do Planalto, embora não tenha citado nenhum exemplo específico na conversa com a Folha. "Melhorou. Está fazendo um bom trabalho. A interlocução era fraca, ficou mais fortalecida." Paulo Rocha (PT-PA) discorda: "Só melhorou para eles [centrão], que avançaram no controle sobre Bolsonaro. Para o país, nada. É um governo nulo, ineficiente, inconsistente, inoperante, então essa mudança [ida de Ciro para a Casa Civil] só atende à sobrevivência política do Bolsonaro." Um dos principais entraves que o governo enfrenta no Senado tem sido a demora na análise da indicação de André Mendonça para o Supremo Tribunal Federal.

Bolsonaro formalizou a escolha do advogado-geral da União em 13 de julho. Até hoje, porém, o presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Davi Alcolumbre (DEM-AP), não marcou data para sua sabatina.

Apesar de a articulação política de Bolsonaro ser a principal função de Ciro Nogueira, nesse caso o ministro integra um grupo, o centrão, que tem resistência a Mendonça.

Esse grupo avalia que o escolhido por Bolsonaro não se encaixa no perfil desejado, que é o de total oposição aos métodos adotados pela Lava Jato, operação que abalou o mundo político e que, hoje, está em processo de desgaste.

O preferido do centrão para a vaga no STF é o procurador-geral da República, Augusto Aras.

Nos bastidores, parlamentares também reclamam que há problemas de execução de emendas do Orçamento destinada aos sena

Problemas do governo no Senado após nomeação de Ciro Nogueira

ANDRÉ MENDONÇA Bolsonaro indicou o advogado-geral da União em 13 de julho. Até hoje o presidente

da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Davi Alcolumbre (DEM-AP), não marcou data para sua sabatina

IMPEACHMENT DE ALEXANDRE DE MORAES O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), rejeitou em 25 de agosto o pedido de impeachment formalizado por Bolsonaro contra o ministro do Supremo Tribunal Federal

MINIRREFORMA TRABALHISTA O plenário do Senado derrubou em 1º de setembro, de forma acachapante (47 votos a 27), a medida provisória que criava três novos modelos de contratações, com menos direitos trabalhistas

DEVOLUÇÃO DE MP O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), devolveu ao governo, em 14 de setembro, a medida provisória editada por Bolsonaro que limita a remoção de conteúdo publicado nas redes sociais

VETOS DERRUBADOS O governo havia negociado com os parlamentares a manutenção do veto de Bolsonaro ao projeto que permite siglas se unirem em federação, mas o Congresso derrubou a decisão do presidente em 27 de setembro. Foram 45 votos no Senado (eram necessários 41).

Nesse mesmo dia, o Senado e a Câmara derrubaram outros 11 vetos de Bolsonaro

REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA Uma das bandeiras de Paulo Guedes (Economia), projeto foi rapidamente aprovado na Câmara, em 1º de setembro, mas foi para a gaveta no Senado

PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS Câmara aprovou em 5 de agosto projeto que viabiliza a privatização. No Senado, texto está até hoje em tramitação da Comissão de Assuntos Econômicos, sem relatório apresentado ainda

MARCO DAS FERROVIAS O Senado aprovou o projeto que permite que a iniciativa privada explore e construa ferrovias por meio de outorga de autorização, priorizando texto próprio e ignorando MP editada pelo governo em agosto

CPI DACOVID Já em funcionamento antes da posse de Ciro Nogueira, que era titular da comissão, colegiado produziu relatório propondo indiciamento de Bolsonaro por 9 tipificações de crimes

MEIO AMBIENTE Câmara aprovou em maio projeto que flexibiliza licenciamento ambiental e, em agosto, o que facilita regularização de terras ocupadas. Os dois projetos ainda estão na fase de tramitação em

comissões, no Senado

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>**

**09**

# Entenda as 17 propostas de lei no relatório final da CPI da Covid



Senadores durante sessão da CPI da Covid Pedro Ladeira - 20.out.2021/Folhapress

**Géssica Brandino e Renata Galf MOGI DAS CRUZES E SÃO PAULO**

FOLHA EXPLICA

COMO CHEGAMOS AQUI?

O relatório final da CPI, lido pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) na última quarta-feira (20), traz 17 propostas legislativas. O documento ainda precisa ser aprovado pelos demais integrantes da comissão, o que deve ocorrer nesta terça-feira (26). Elas precisam passar pela tramitação usual no Senado e na Câmara para virarem lei, além da sanção presidencial. Parte das propostas são novas, mas há também textos que fazem uma junção de outros projetos já apresentados no Congresso.

-

O que acontece com as propostas apresentadas no relatório? Como explica Graziella Testa, cientista política e professora da FGV-EPPG (Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas), não há regras que estabeleçam um tratamento diferenciado para projetos de lei que sejam sugeridos por uma CPI.

"Formalmente, uma tramitação que comece na origem de qualquer senador comum ou que tenha origem por uma recomendação da CPI teria a mesma tramitação", diz.

Ela ressalta, contudo, que isso não quer dizer que o fato de as propostas terem partido da CPI não possa

dar a elas alguma prioridade e celeridade. Isso vai depender, destaca Testa, do apoio dos presidentes das Casas e das comissões, bem como de consenso entre os parlamentares.

**CONTRA BLINDAGEM DO PRESIDENTE**

**Lei do Impeachment:** O relatório apresenta um projeto que estabelece um prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, para manifestação do presidente da Câmara sobre pedidos de impeachment contra o presidente da República ou ministros e determinando que, uma vez cumpridos os requisitos legais, o recebimento da denúncia será deferido.

Professores de direito consideram positiva a criação de um prazo, para que a sociedade não fique sem resposta quanto a eventuais denúncias.

Apesar de a lei não dar ao presidente da Câmara a prerrogativa de avaliar o teor dos pedidos, eles apontam que a prática passou a ser adotada - e referendada pelo STF - diante do excesso de solicitações contra presidentes, que podem ser feitas por qualquer cidadão.

O professor associado do Insper Diego Werneck diz que a proposta abre a possibilidade de judicialização, ao estabelecer que o presidente da Câmara deve tomar uma decisão após um prazo estipulado.

Thomaz Pereira, professor de direito da FGV Rio, acrescenta que, se o intuito é deixar claro que não cabe ao presidente da Câmara a última palavra sobre os pedidos, é preciso criar uma comissão permanente para avaliar as solicitações ou atribuir a outra já existente essa função.

**Revisão de arquivamento no Ministério Público:** Atualmente, decisões de arquivamento de inquéritos determinadas por procuradores e promotores são submetidas a revisão, o que não acontece no caso do procurador-geral da República, cargo exercido atualmente por Augusto Aras.

Para mudar isso, o relatório traz uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que prevê que o procedimento seja seguido "inclusive pelo chefe do Ministério Público", ou seja, pelo procurador-geral da República.

A redação da proposta, porém, é criticada por especialistas, porque faz referência ao Ministério Público como um todo, como se já não existisse a possibilidade de revisão para parte da categoria. André Callegari, advogado criminalista e professor do IDP, afirma que o texto não está claro e precisa estabelecer quais seriam as instâncias de revisão para os profissionais e também qual seria no caso do PGR.

Prazo para relatório de CPI: Outra mudança em relação ao Ministério Público seria a alteração da lei das CPIs para estabelecer que sejam aplicados à análise do relatório encaminhado por parlamentares os mesmos prazos estabelecidos pelo Código de Processo Penal para investigações - que, no caso de réus em liberdade, é de 30 dias.

A proposta diz ainda que, se houver elementos mínimos, a denúncia deverá ser aceita, seguindo o que já prevê a lei penal.

Essa alteração é vista como uma forma de a CPI conseguir caracterizar a inércia do Ministério Público, caso não sejam tomadas providências em relação ao relatório encaminhado pelos parlamentares e, assim, apresentar uma ação penal subsidiária.

#### CRIME CONTRA A HUMANIDADE

Extermínio: O relatório da comissão cita a necessidade de trazer para a legislação brasileira a tipificação do crime de extermínio, previsto pelo Estatuto de Roma.

A proposta amplia o conceito previsto na legislação internacional, definindo extermínio como "um ataque generalizado à população que resulte em morte; causar lesão grave à integridade física ou mental; ou submeter a totalidade ou parte específica da população a condições de existência capazes de causar morte".

Embora a corrente majoritária entenda que os crimes do Estatuto de Roma só possam ser julgados pelo TPI (Tribunal Penal Internacional), a visão não é consensual.

Paulo Borba Casella, professor de direito internacional da USP faz parte da corrente que entende que a Justiça brasileira já poderia atuar em relação a tais delitos, uma vez que a emenda constitucional 45, de 2004, reconheceu a constitucionalidade da jurisdição do TPI.

#### CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Agravantes em caso de calamidade pública: O relatório propõe alterar artigos do Código Penal

referentes a crimes contra a administração pública, estabelecendo o aumento de pena quando o delito for praticado num contexto de calamidade ou de emergência em saúde pública.

Prevê ainda a criação do "peculato qualificado", que ocorreria quando o peculato -que é a apropriação de dinheiro ou bem público em benefício próprio- se der com recursos previstos para responder a crise sanitária.

#### DESINFORMAÇÃO

Crime de fake news: Caso o projeto seja aprovado, o ato de "criar ou divulgar notícia que sabe ser falsa para distorcer, alterar ou corromper gravemente a verdade" passaria a ser crime, punido com pena de prisão de seis meses a dois anos.

Isso ocorreria para temas relacionados "à saúde, à segurança, à economia ou a outro interesse público". O texto diz ainda que "não é considerada notícia falsa a manifestação de opinião, de expressão artística ou literária, ou de conteúdo humorístico".

O diretor do InternetLab, Francisco Brito Cruz, ressalta que a redação dada para o crime de divulgar fake news busca criar alguma proteção à liberdade de expressão ao prever que é preciso que a pessoa tivesse conhecimento de que o conteúdo era falso. Por outro lado, ele considera arriscado trilhar o caminho da criminalização, pelo risco de abusos por meio da instrumentalização do Judiciário.

Coleta de dados e combate a fake news pelas plataformas: Atualmente os chamados provedores de aplicação, que incluem aplicativos de mensagem e redes sociais, são obrigados a guardar por seis meses os registros de conexão dos usuários, os IPs.

O projeto do relatório traz novas regras, como guarda de CPF ou CNPJ, além de nome completo e data de nascimento, sendo que as redes sociais deverão "garantir a identificação inequívoca do usuário".

O texto prevê, por exemplo, que no caso de um usuário identificado reclamar de mensagem publicada "por usuário que não possa ser identificado", a remoção deve ser imediata. Sem fazer qualquer consideração, portanto, sobre o conteúdo.

O tema já é tratado no projeto de lei das fake news, que foi aprovado no Senado no ano passado e está em discussão na Câmara.

#### SAÚDE

Regras sobre o SUS: Com 16 páginas, a proposta

mais extensa do relatório busca estabelecer regras para o SUS.

Um dos objetivos do texto é tomar mais claras as responsabilidades relacionadas à saúde da União, dos estados e dos municípios, tema que gerou controvérsias durante a gestão da pandemia, em especial quanto a medidas para coibir a propagação do vírus, e que acabou sendo judicializado no STF (Supremo Tribunal Federal).

Define também que o atendimento no SUS deve estar "embasado nas melhores evidências científicas disponíveis".

Como explica Fernando Aith, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP e diretor do Cepedisa/USP (Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário), o texto também cria regras que buscam evitar que presidentes privilegiem municípios de aliados e enviem menos recursos para locais geridos por opositores.

"Você cria mecanismos de repasses de recursos permanentes. São coisas que já estão em normas infralegais, só estão elevando isso à categoria de lei", diz.

Regras sobre operadoras de saúde: Um dos projetos busca estabelecer mecanismos de controle em relação a operadoras de planos de saúde de integração vertical, ou seja, que ofereçam serviços em unidades que sejam de posse do próprio plano ou grupo empresarial.

Este é o caso, por exemplo, da Prevent Sênior, que foi investigada pela CPI. O objetivo do projeto é "coibir a interferência das operadoras (...) nos tratamentos oferecidos aos pacientes". Está prevista a criação de comissões permanentes de revisão.

## TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Monitoramento de licitações: Com o intuito de melhorar o monitoramento de processos de licitação e de contratação, a CPI sugere que órgãos do poder público ou entidades que recebam recursos do governo usem, obrigatoriamente, o sistema eletrônico centralizado que já existe no âmbito nacional.

Mariana Chiesa, doutora em direito do estado pela USP e advogada, elogia a iniciativa sob os aspectos da transparência e produção de dados, porém aponta questões em aberto quanto à implementação, visto que os municípios brasileiros têm estruturas diferentes.

Identificação de bancos: Os senadores apresentaram um projeto que propõe alterar lei do sistema

financeiro para que todas as instituições autorizadas pelo Banco Central a funcionar como banco no país sejam obrigadas a utilizar a palavra "banco" na língua portuguesa. A proposta surgiu diante do caso do FIB Bank, empresa que esteve na mira da CPI e que, apesar de ter "bank" no nome, não é um banco.

Morte de sócios: A identificação de sócio que já tinha morrido, nas investigações relacionadas ao FIB Bank, motivou o projeto que tornaria obrigatório que os serviços de registros civis comuniquem as mortes que registrarem às juntas comerciais e ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

## SEGURANÇA SOCIAL

Auxílio-doença e aposentadoria: O projeto inclui a Covid-19 na listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho e busca facilitar o acesso a auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

O texto isenta segurados da **Previdência Social** que tenham tido Covid-19 do período de carência para concessão desses benefícios. Sem a aprovação dessa regra, o segurado que contribui há menos de 12 meses para a Previdência não conseguirá ter acesso ao benefício, como explica a advogada previdenciarista Claudia Luna.

Criação de pensão: O texto institui pensão especial para crianças e adolescentes, no caso de morte de mãe, pai ou responsável legal por Covid-19, com valor de um salário mínimo. Além disso, o valor integral da pensão está previsto apenas no caso em que o coronavírus foi contraído "no exercício de atividade essencial".

## HOMENAGENS

"Livro dos Heróis e Heroínas da Pandemia": a CPI também prevê a criação do "Livro dos Heróis e Heroínas da Pandemia de Covid-19", contendo a inscrição de todos os profissionais de saúde que atuaram no país durante a crise sanitária, a ser depositado em memorial em Brasília.

Os senadores também buscarão a tramitação conjunta de dois projetos de integrantes da CPI: Dia das vítimas: De autoria dos senadores petistas Humberto Costa (PE) e Rogério Carvalho (SE), cria o dia nacional em homenagem às vítimas da Covid-19, em 12 de março, data do primeiro óbito registrado no país.

Ordem do Mérito a Profissionais da Saúde: Proposto pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania/ SE), modifica a lei que criou a Ordem do Mérito Médico para que se estenda a outros profissionais da saúde.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>**

**09**

# Previdência complementar fica para a última hora

**Mariana Ribeiro**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1)

# 'Vamos sair juntos', diz Bolsonaro sobre Guedes

**MARIA NA MUNIZ, EDUARDO GONÇALVES, NAIRA TRINDADE E MANOEL VENTURA**  
*economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Estados turbinam ações sociais antes de eleição



Governador Ronaldo Caiado (DEM) distribui cartões do Mães de Goiás @RonaldoCaiado no Facebook

## João Pedro Pitombo salvador

Em meio ao recrudescimento da pobreza no país, governadores de ao menos 15 estados criaram programas de transferência de renda em 2021 e turbinaram oferta de ações sociais custeadas pelos cofres estaduais.

Em geral, são programas de caráter temporário, voltados para mitigar os efeitos da pandemia. Mas também foram desenvolvidos projetos permanentes para incrementar a renda de famílias com maior vulnerabilidade social.

Os projetos atuam de forma complementar a programas federais como o auxílio emergencial e o Bolsa Família, que também deve ser turbinado - passará a se chamar Auxílio Brasil e elevará o valor médio a R\$ 400 após determinação do presidente Jair Bolsonaro.

A criação dos programas de transferência de renda estaduais coincide com o ano pré-eleitoral e aponta para um maior protagonismo da questão social no próximo ano.

Potenciais candidatos do PSDB à Presidência, os governadores João Doria (PSDB-SP) e Eduardo Leite (PSDB-RS) criaram programas em seus respectivos estados.

Em meio a embates com Bolsonaro, Doria lançou em abril o Bolsa do Povo, com repasses de até R\$ 500 por pessoa por meio da ampliação e unificação de outros programas já existentes no governo paulista. O programa foi lançado com ares superlativos e promessa de investimento anual de R\$ 1 bilhão.

Segundo o governo paulista, deve alcançar 4,3 milhões de pessoas.

"É o maior programa social da história de São Paulo", disse Doria em abril, enquanto exibia uma réplica do cartão do programa social.

A proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo com facilidade -65 votos pró e 6 contra. Mas recebeu críticas durante sua tramitação e foi rejeitada por parte da bancada bolsonarista.

"Essa porcaria de projeto não é "bolsa" coisa nenhuma, não cria nenhum novo programa social de combate à pandemia", disparou na época o deputado estadual Douglas Garcia (PTB-SP).

No Rio Grande do Sul, Leite lançou o Devolve ICMS, programa que vai devolver parte do tributo pago para pessoas de baixa renda e deve atender 432 mil famílias gaúchas. Serão devolvidos R\$ 400 por ano, em quatro parcelas de R\$ 100.

A Assembleia gaúcha aprovou a proposta em dezembro de 2020, juntamente com a **reforma tributária**. Mas ela foi lançada dez meses depois, justamente quando o governador percorre o país como pré-candidato ao Planalto.

Há uma semana, ao anunciar o programa, Leite destacou seu potencial impacto na economia: "Vai dar ganho de poder de compra para a população demais baixa renda".

Governadores que concorrerão à reeleição também vão gerir novos programas sociais, provisórios ou permanentes, criados neste ano.

No Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade, em março, o Supera RJ, que prevê um auxílio emergencial de até R\$ 300 mensais para cerca de 200 mil famílias. O governador Cláudio Castro (PL) foi um entusiasta da proposta, a despeito do histórico recente de dificuldades de caixa enfrentadas pelo Governo do Rio.

Em junho, o próprio Castro participou de atos para distribuição de cartões a famílias beneficiadas nas quadras de escolas de samba Beija-Flor, Mocidade, Grande Rio e Inocentes de Belford Roxo. Efetivado no

governo em abril, ele vai concorrer a novo mandato.

Em Goiás, a iniciativa partiu do próprio governador Ronaldo Caiado, que tentará renovar o mandato em 2022. Ele lançou em agosto o Mães de Goiás, programa permanente que destinará R\$ 250 mensais a 100 mil famílias em situação de vulnerabilidade.

Na semana passada, Caiado iniciou a distribuição dos primeiros cartões a famílias de Padre Bernardo (224 km de Goiânia). Na última terça-feira (19), voltou a entregar pessoalmente cartões do programa, desta vez na cidade de Planaltina, no entorno do Distrito Federal.

A proposta, contudo, foi alvo de críticas da bancada de oposição na Assembleia, que considerou a iniciativa tímida. Em discurso, a deputada estadual Lêda Borges (PSDB) estimou que o benefício deve atender uma em cada quatro famílias carentes do estado.

Em Alagoas, o governador Renan Filho (MDB) implementou o cartão Cria, que concede um auxílio de R\$ 100 mensais para cerca de 100 mil gestantes e crianças em situação de pobreza. O benefício já estava no planejamento do governo, mas foi antecipado com a crise da pandemia.

Em Minas Gerais, o auxílio emergencial estadual, que será pago em parcela única, foi proposto pela Assembleia.

Ao anunciar o pagamento, contudo, Romeu Zema (Novo) gerou polêmica ao afirmar que a maior parte dos beneficiários não faz o uso adequado do dinheiro: "Vão para o bar, para o boteco".

Outros estados apostaram em programas mais focalizados. No Maranhão, Flávio Dino (PSB) instituiu o Programa Vale Gás, contemplando cerca de 120 mil famílias.

No Pará, Helder Barbalho (MDB) sancionou em setembro os programas Vale Gás e Água Pará. O primeiro viabilizará a compra de botijões de gás para famílias de baixa renda, e o segundo prevê o custeio do consumo de até 20 metros cúbicos de água pelo governo por dois anos.

Também instituíram programas de transferência de renda os governos de Santa Catarina, Paraná, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Acre e Amapá.

Coordenador do curso de administração pública da FGV-SP, Marco Antônio Teixeira afirma que, por estarem mais próximos da população, governos estaduais e municipais foram pressionados a buscar

soluções para o avanço na crise na pandemia.

"Governadores buscaram responder a um problema que estava no calcanhar deles. E, de forma legítima, buscam mostrar que aquela é uma ação do governo estadual." Ele destaca que o incremento das ações sociais desses gestores deve contrapor o discurso de Bolsonaro, que os tem criticado por medidas restritivas adotadas na pandemia. E diz que agravamento da crise social tende a ganhar centralidade nas eleições: "Será um elemento importante do debate eleitoral".

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49709>**

# Estados turbinam ações sociais antes de eleição

Ao menos 15 governadores criaram programas de transferência de renda em meio a avanço da pobreza na pandemia

João Pedro Pitombo

**SALVADOR** Em meio ao recrudescimento da pobreza no país, governadores de ao menos 15 estados criaram programas de transferência de renda em 2021 e turbinaram oferta de ações sociais custeadas pelos cofres estaduais.

Em geral, são programas de caráter temporário, voltados para mitigar os efeitos da pandemia. Mas também foram desenvolvidos projetos permanentes para incrementar a renda de famílias com maior vulnerabilidade social.

Os projetos atuam de forma complementar a programas federais como o auxílio emergencial e o Bolsa Família, que também deve ser turbinado —passará a se chamar Auxílio Brasil e elevará o valor médio a R\$ 400 após determinação do presidente Jair Bolsonaro.

A criação dos programas de transferência de renda estaduais coincide com o ano pré-eleitoral e aponta para um maior protagonismo da questão social no próximo ano.

Potenciais candidatos do PSDB à Presidência, os governadores João Dória (PSDB-SP) e Eduardo Leite (PSDB-RS) criaram programas em seus respectivos estados.

Em meio a embates com Bolsonaro, Dória lançou em abril o Bolsa do Povo, com repasses de até R\$ 500 por pessoa por meio da ampliação e unificação de outros programas já existentes no governo paulista. O programa foi lançado com ares superlativos

e promessa de investimento anual de R\$ 1 bilhão. Segundo o governo paulista, deve alcançar 4,3 milhões de pessoas.

“É o maior programa social da história de São Paulo”, disse Dória em abril, enquanto exibiu uma réplica do cartão do programa social.

A proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo com facilidade —65 votos pró e 6 contra. Mas recebeu críticas durante sua tramitação e foi rejeitada por parte da bancada bolsonarista.

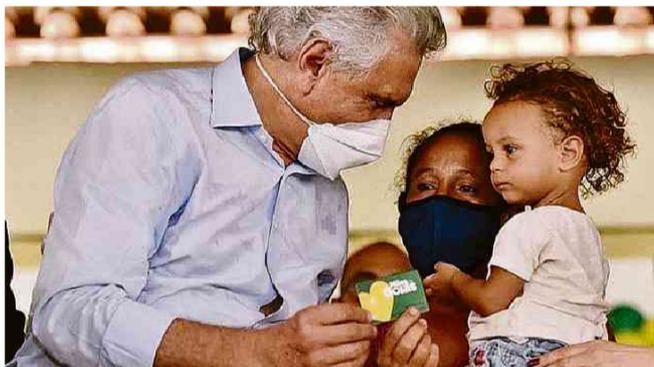
“Essa porcaria de projeto não é ‘bolsa’ coisa nenhuma, não cria nenhum novo programa social de combate à pandemia”, disparou na época o deputado estadual Douglas Garcia (PTB-SP).

No Rio Grande do Sul, Leite lançou o Devolve ICMS, programa que vai devolver parte do tributo pago para pessoas de baixa renda e deve atender 432 mil famílias gaúchas. Serão devolvidos R\$ 400 por ano, em quatro parcelas de R\$ 100.

A Assembleia gaúcha aprovou a proposta em dezembro de 2020, juntamente com a reforma tributária. Mas ela foi lançada dez meses depois, justamente quando o governador percorre o país como pré-candidato ao Planalto.

Há uma semana, ao anunciar o programa, Leite destacou seu potencial impacto na economia: “Vai dar ganho de poder de compra para a população de mais baixa renda”.

Governadores que concorrerão à reeleição também vão gerar novos programas sociais,



Governador Ronaldo Caiado (DEM) distribui cartões do Mães de Goiás. @RonaldoCaiado no Facebook

provisórios ou permanentes, criados neste ano.

No Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade, em março, o Supera RJ, que prevê um auxílio emergencial de até R\$ 300 mensais para cerca de 200 mil famílias. O governador Cláudio Castro (PL) foi um entusiasta da proposta, a despeito do histórico recente de dificuldades de caixa enfrentadas pelo Governo do Rio.

Em junho, o próprio Castro participou de atos para distribuição de cartões a famílias beneficiadas nas quadras de escolas de samba Beija-Flor, Mocidade, Grande Rio e Inocentes de Belford Roxo. Efetivado no governo em abril, ele vai concorrer a novo mandato.

Em Goiás, a iniciativa partiu

do próprio governador Ronaldo Caiado, que tentará renovar o mandato em 2022. Ele lançou em agosto o Mães de Goiás, programa permanente que destinará R\$ 250 mensais a 100 mil famílias em situação de vulnerabilidade.

Na semana passada, Caiado iniciou a distribuição dos primeiros cartões a famílias de Padre Bernardo (224 km de Goiânia). Na última terça-feira (19), voltou a entregar pessoalmente cartões do programa, desta vez na cidade de Planaltina, no entorno do Distrito Federal.

A proposta, contudo, foi alvo de críticas da bancada de oposição na Assembleia, que considerou a iniciativa tímida. Em discurso, a deputada estadual Lêda Borges (PSDB) estimou

que o benefício deve atender uma em cada quatro famílias carentes do estado.

Em Alagoas, o governador Renan Filho (MDB) implementou o cartão Cria, que concede um auxílio de R\$ 100 mensais para cerca de 100 mil gestantes e crianças em situação de pobreza. O benefício já estava no planejamento do governo, mas foi antecipado com a crise da pandemia.

Em Minas Gerais, o auxílio emergencial estadual, que será pago em parcela única, foi proposto pela Assembleia.

Ao anunciar o pagamento, contudo, Romeu Zema (Novo) gerou polêmica ao afirmar que a maior parte dos beneficiários não faz o uso adequado do dinheiro: “Vão para o bar, para o boteco”.

Outros estados apostaram em programas mais focalizados. No Maranhão, Flávio Dino (PSB) instituiu o Programa Vale Gás, contemplando cerca de 120 mil famílias.

No Pará, Helder Barbalho (MDB) sancionou em setembro os programas Vale Gás e Água Pará. O primeiro viabilizará a compra de botijões de gás para famílias de baixa renda, e o segundo prevê o custeio do consumo de até 20 metros cúbicos de água pelo governo por dois anos.

Também instituíram programas de transferência de renda os governos de Santa Catarina, Paraná, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Acre e Amapá.

Coordenador do curso de administração pública da FGV-SP, Marco Antônio Teixeira afirma que, por estarem mais próximos da população, governos estaduais e municipais foram pressionados a buscar soluções para o avanço na crise na pandemia.

“Governadores buscaram responder a um problema que estava no calcanhar deles. E, de forma legítima, buscam mostrar que aquela é uma ação do governo estadual.”

Ele destaca que o incremento das ações sociais desses gestores deve contrapor o discurso de Bolsonaro, que os tem criticado por medidas restritivas adotadas na pandemia. E diz que agravamento da crise social tende a ganhar centralidade nas eleições: “Será um elemento importante do debate eleitoral”.

# Política por trás do teto deu errado - CELSO ROCHA DE BARROS

## CELSO ROCHA DE BARROS

Em 2016, Michel **Temer** ganhou o troféu "assim, até eu" por criar um teto de gastos que só valeria para seus sucessores.

Foi como se dissesse: "Então é isso, pessoal, sejam responsáveis com o dinheiro, é muito importante ser responsável com dinheiro, agora me deem licença que eu vou jantar com o Naji Nahas".

O teto de gastos morreu semana passada. Não morreu na mão de um ministro heterodoxo do PT, morreu na mão de um Chicago boy.

Não morreu porque era preciso gastar mais com pobre, morreu porque continua sendo necessário gastar mais para gastar com pobre. Ninguém conseguiu aumentar imposto de rico, ninguém conseguiu cortar gasto com setores não-pobres, quem decide eleição é pobre, o gasto aumenta.

O projeto político proclamado do teto era forçar a sociedade a discutir suas prioridades.

Só tem esse dinheiro para gastar: vocês querem gastar com escola, com isenção fiscal para rico ou com aumento para os militares? Se os poderosos que capturam o Orçamento resistissem a mudanças, seriam expostos ao público.

Não deu certo. Os ricos conseguiram barrar a progressividade na **reforma tributária**.

Sob a vigência do teto, vimos uma transferência gigante de dinheiro para uma corporação pública poderosa, os militares. Quem mandava no Orçamento passou a mandar mais.

Esse fracasso tem uma explicação. O programa liberal para a economia brasileira deixa todo o trabalho duro para os políticos.

Se você acha que a solução para a economia brasileira é só baixar os juros ou desvalorizar o real, faz sentido eleger qualquer idiota desde que o Ministério da Economia e o Banco Central fiquem na sua mão: as decisões relevantes serão tomadas por você.

Mas se você acha que o papel da macroeconomia é só evitar um desastre, e que o importante são as reformas que os políticos precisam fazer, seu programa depende de uma boa estratégia política.

Pois bem. Desde 2015, os liberais brasileiros tomaram duas decisões políticas relevantes.

A primeira, em 2016, foi amarrar seu programa ao chefe do PMDB na Câmara no auge da Lava Jato e torcer para ele não ser pego em nenhum escândalo.

A segunda foi votar no Bolsonaro. Aí fica difícil, filho. Me ajude a te ajudar.

A ideia era fazer as reformas enquanto a sociedade falava de outra coisa: a corrupção, o Foro de São Paulo, o que fosse.

Mas a proposta política do teto dependia fortemente de um debate público estritamente econômico.

Se falta dinheiro porque os políticos roubaram tudo, como o público acreditou durante a Lava Jato, se falta dinheiro porque a esquerda gastou com "kit gay", Cuba e Lei Rouanet, como diz Bolsonaro, por que o cidadão comum aceitaria se aposentar mais tarde para equilibrar as contas?

Por outro lado, sem a intervenção da opinião pública, qual era o plano para modificar o equilíbrio político em que o Orçamento é capturado por grupos de pressão?

Quem iria modificar isso, o Joesley? O Queiroz?

Parte da equipe econômica pediu demissão. Guedes, que entrou se achando todo Pérsio Arida, acabou um Pazuello de pé chato.

No fim das contas, o sujeito que ia zerar o déficit em um ano vendendo todos os imóveis da União por um trilhão era uma fraude, vejam só. Só falta agora me dizerem que o cara para quem eu mandei minha senha do banco também não é filho do rei da Nigéria.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49709>

# Oposição à Reforma do Imposto de Renda na indústria, comércio e serviços (Reforma tributária)

**Eduardo Cucolo**

O projeto de reforma do Imposto de Renda, apontado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como alternativa para ajudar a bancar o Auxílio Brasil sem furar o teto, é bombardeado por todos os lados. A oposição às mudanças na tributação conseguiu unir diversos setores da economia, que contestam praticamente todos os pontos relevantes da proposta apresentada pelo governo. O texto já foi aprovado na Câmara e, agora, enfrenta resistências no Senado .

Entre as principais mudanças estão a correção da tabela do IRPF e a redução do benefício com o desconto simplificado, ambas para pessoas físicas. Para as pessoas jurídicas, haverá redução nos **tributos** sobre o resultado das empresas (IRPJ/CSLL), compensada pela tributação na distribuição de dividendos, entre outras mudanças.

O trecho da proposta que muda a tributação sobre distribuição de dividendos está entre os mais questionados.

De acordo com a CNI (Confederação Nacional da Indústria), as alíquotas propostas de 26% sobre lucro mais 15% na distribuição de dividendos promovem um aumento de tributação total dos atuais 34% para 37,1%. A entidade sugere o percentual combinado de IRPJ/CSLL de 23% mais 15% sobre dividendos para manter a carga atual.

Também está prevista a taxação de lucros retidos de anos anteriores, que já foram tributados com a alíquota combinada de 34%. Com isso, quem reinvestiu o ganho no negócio e fizer posteriormente a distribuição terá uma tributação total de 43,9%. "Você está punindo quem reinvestiu na empresa", afirma o gerente-executivo de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles.

Naquilo que é visto por especialistas como incentivo à "pejotização" , a Câmara garantiu a isenção na cobrança de dividendos para empresas do Simples Nacional e regra diferenciada para aquelas do lucro presumido com faturamento até R\$ 4,8 milhões, o que é compensado com uma alíquota maior para os

demais contribuintes.

Enquanto os representantes da indústria defendem o aperfeiçoamento do projeto, outros pedem seu arquivamento.

Em julho, 22 entidades empresariais assinaram um manifesto contra o projeto , incluindo OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), associações comerciais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas e CNS (Confederação Nacional de Serviços).

Neste mês, em reunião com o relator da reforma no Senado, Angelo Coronel (PSD-BA), representantes dos serviços também pediram que o projeto não vá adiante .

"É um projeto muito ruim, que não traz benefício para ninguém. A economia está ruim, e o setor de serviços pode ser onerado. Quem paga é a população, com aumento nos produtos. A gente não sabe a para quem interessa isso", afirma Reynaldo Lima Junior, presidente do Sescon-SP (sindicato de escritórios contábeis).

"Eles conseguiram nesse PL uma unanimidade. Todos os setores são contrários", afirma Reynaldo, lembrando que indústria e serviços têm posições contrárias em relação à **reforma tributária** do consumo, outro tema em debate no Congresso.

Outros pontos rejeitados pelo setor produtivo são o fim dos Juros sobre Capital Próprio, o aumento da compensação pela exploração de recursos minerais e a redução de incentivos de PIS/Cofins. O texto também tira subsídio de remédio contra câncer e Aids , mas mantém para aviões e barcos.

No setor público, estados e municípios afirmam que haverá queda na arrecadação do IR, imposto que é compartilhado com esses governos. O Ministério da Economia calcula que o projeto gera um impacto fiscal de R\$ 47 bilhões para os cofres públicos em 2022, metade para a União e metade para os demais entes.

No Senado, há ainda pressão para aumentar a correção da tabela do IRPF. O projeto eleva a faixa de

isenção dos atuais R\$ 1.903,98 por mês para R\$ 2.500. A promessa de campanha de Jair Bolsonaro era isenção até cinco salários mínimos, atualmente, R\$ 5.500.

A Confirp Consultoria Contábil calcula que pessoas com renda até R\$ 4.402 ao mês terão redução no IR devido de 42% a 100% com a correção da tabela. Elas não são afetadas pela redução do limite do desconto simplificado de R\$ 16.754,34 para R\$ 10.563,60, outro ponto aprovado na Câmara.

Quem recebe acima desse valor, mas abaixo de R\$ 6.981 ao mês, ou R\$ 83.772 no ano, terá redução do IR com a correção da tabela, mas contará com benefício menor no uso de desconto simplificado, o que afeta a restituição no ano seguinte. Ainda assim, o saldo final será positivo para o contribuinte.

Salários acima de R\$ 6.981 ao mês ficam no zero a zero. Essas pessoas terão um desconto menor no holerite em 2022, ano eleitoral, caso o texto seja aprovado. Mas também recebem uma restituição menor no ano seguinte (2023). Nesses casos, os ganhos e perdas se compensam.

O diretor tributário da Confirp, Welinton Mota, diz que as simulações podem variar de acordo com questões específicas de cada contribuinte.

Para Luiz Paulo Farias Guedes, da NTW Contabilidade e Gestão Empresarial, a reforma no IRPF estimula aqueles que terão o desconto simplificado reduzido a buscar deduções com gastos como saúde, Previdência e educação. Com isso, podem tentar uma restituição maior entregando a declaração completa.

Isso, no entanto, precisa ser feito no ano anterior à entrega da declaração. "Aí entra a importância do planejamento. Muita gente só vai perceber [a queda na restituição] quando tiver o impacto financeiro no ano da declaração", afirma.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/oposicao-a-reforma-do-imposto-de-renda-une-industria-comercio-e-servicos.shtml>**

# Com crise política e econômica, número de IPOs cancelados ou adiados já supera o de estreantes na Bolsa

**Vitor da Costa**

Instabilidade política, crise nas contas públicas e alta dos juros afastam empresas da Bolsa Foto: Cris Faga / Agência O Globo

RIO - Turbulências políticas, incerteza sobre as contas públicas e uma conjuntura de **inflação** e juros em alta e risco de estagnação afastam empresas da Bolsa de Valores. Já são 68 cancelamentos ou adiamentos de ofertas públicas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) formalizados neste ano, número superior ao de IPOs realizados, que somam 45 até agora.

Analistas apontam que a proposta de mudança no teto de gastos na semana passada, com forte queda da Bolsa de São Paulo, a B3, e disparada do dólar, acaba de vez com o apetite das empresas para levantar recursos com uma abertura de capital, particularmente entre as de porte médio, que pretendiam captar menos de R\$ 1 bilhão.

Os números revelam um balde de água fria no otimismo que marcou o início do ano, com uma enxurrada de pedidos de autorização para oferta de ações protocolados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que regula o mercado de capitais. A piora no cenário global também não ajuda.

O secretário especial de Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, pediu demissão em outubro de 2021 logo após o governo anunciar a criação do Auxílio Emergencial com parte dos pagamentos fora do teto de gastos, algo que ele sempre se disse contra Foto: Washington Costa / Ascom/ME

O secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, pediu demissão em outubro de 2021 junto com o secretário especial Bruno Funchal, a quem sucedeu no cargo no mesmo ano Foto: Aílton de Freitas / 20-12-2013

Gildenora Batista Dantas Milhomem, secretária especial adjunta de Tesouro e Orçamento, também pediu exoneração de seu cargo junto com Funchal, em outubro de 2021, alegando razões pessoais, em meio à crise aberta pelo projeto do Auxílio Brasil com

recursos fora do teto de gastos Foto: Ministério da Economia / Reprodução

O secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Rafael Cavalcanti de Araujo, também pediu exoneração de seu cargo em outubro de 2021 após a debandada provocada pelo plano de financiar o programa social Auxílio Brasil fora do teto de gastos Foto: Hoana Gonçalves / Agência O Globo

Insatisfeito com o atraso no envio da reforma administrativa ao Congresso, Paulo Uebel deixou o cargo de Secretário especial de Desburocratização em agosto de 2020 Foto: Fátima Meira / Agência O Globo

Após a crise causada pela sanção do Orçamento de 2021, ministro da Economia, Paulo Guedes, decidiu tirar Waldery Rodrigues do cargo de secretário especial da Fazenda, em 27 de abril. O secretário informou que havia pedido para sair ainda em dezembro Foto: Ascom / Edu Andrade/ME

Na dança de cadeiras do Ministério da Economia, o secretário de Orçamento Federal, George Soares, também deixou o cargo. Foto: Agência Brasil

A advogada tributarista Vanessa Canado, assessora especial do Ministério da Economia voltada à **reforma tributária**, pediu demissão, mas não detalhou o motivo da saída Foto: Sílvia Zamboni / Valor

Presidente do BB, André Brandão, entregou o cargo no dia 18 de março. Programa de reestruturação de Brandão desagradou ao presidente Bolsonaro Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, deixa o cargo no dia 20 de março, após desagradar a Bolsonaro com reajustes de combustíveis. Ele foi indicado por Guedes Foto: AFP

Sem conseguir tirar do papel várias privatizações, Salim Mattar pediu demissão do cargo de secretário de Desestatização do Ministério da Economia em agosto de 2020 Foto: Amanda Perobelli / Reuters

Rubem Novaes pediu demissão da presidência do

Banco do Brasil em julho de 2020, após queixas sobre pressão política sobre o banco, cuja privatização chegou a defender Foto: Claudio Belli / Valor/14-2-2019

Ex-ministro da Fazenda no governo Dilma, Joaquim Levy só ficou no cargo de presidente do BNDES até junho de 2019, após críticas públicas de Bolsonaro, que queria abrir a caixa preta do banco Foto: Marcos Corrêa / PR/13-06-2019

Nome forte das contas públicas e um dos criadores do teto de gastos, Mansueto Almeida deixou o comando do Tesouro Nacional e foi para o BTG Foto: Adriano Machado / Reuters

Marcos Cintra deixou a chefia da **Receita Federal** após insistir na defesa de um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF. Uma ideia fixa de Guedes Foto: Leo Pinheiro / Valor/2016

O economista Marcos Troyjo trocou o cargo de Secretário especial de Comércio Exterior pela presidência do New Development Bank, conhecido como o Banco dos Brics, por indicação do governo brasileiro Foto: Carlos Ivan / Agência O Globo 23-10-2012

Caio Megale deixou o cargo de diretor na Secretaria Especial de Fazenda em julho de 2020. Recentemente foi anunciado como novo economista-chefe da XP Investimentos Foto: Washington Costa / SEPEC/ME/15/01/2019

Do total de desistências, três foram registradas na semana passada, quando a proposta de incluir alterações no teto de gastos para viabilizar o programa social Auxílio Brasil e outros gastos levou ao pedido de demissão de quatro secretários da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Os últimos dias resumem bem o que vem sendo o segundo semestre da Bolsa. O principal índice da B3, o Ibovespa, terminou a semana com queda acumulada de 7,28%. No ano, o tombo já é de 10,69%.

O total de operações suspensas é bem superior aos 26 casos registrados em todo o ano passado, o que também é explicado pela maior procura das empresas pelos registros na CVM. Há ainda 24 pedidos de análise de ofertas na fila do órgão regulador.

Os dados consideram empresas que desistiram de fazer IPOs por meio da instrução 400 da CVM, aquela destinada ao investidor em geral. São os casos de Dotz, Livetech, 3Tentos, Agrogalaxy, BR Partners, G2D, Infracommerce, Kora e Vittia.

Aumenta a desconfiança dos investidores. Na foto, o ministro da Economia, Paulo Guedes. A Lei de 2017 manteve a expansão das despesas públicas limitada à **inflação**. Com sete anos de déficit público, mexer nessa âncora gera desconfiança no mercado. Investidores tendem a evitar alocar recursos em papéis e projetos no país com maior percepção de risco Foto: Washington Costa / Ministério da Economia

Real se desvaloriza perante o dólar: Com a incerteza sobre se o governo vai conseguir equilibrar as contas, investidores estrangeiros evitam o Brasil ou tiram seus investimentos daqui. Aumenta a demanda por dólar em busca de proteção, impulsionando cotação Foto: Arquivo

**Inflação** sobe: Com mais gastos públicos, aumenta a circulação de dinheiro na economia, um dos fatores que incentivam a **inflação**. Além disso, a alta do dólar bate direto na **inflação** ao tornar mais caros produtos importados ou com preços negociados no exterior, como alimentos e combustíveis Foto: Luiza Moraes/Agência O Globo

Juros sobem: Com a **inflação** subindo, o Banco Central é obrigado a elevar ainda mais a taxa básica de juros, que atualmente está em 6,25%. Isso deixa o crédito mais caro para as famílias - do rotativo do cartão de crédito ao financiamento da casa própria - e para as empresas Foto: Daniel Marengo/ Agência O Globo

Economia gera menos empregos: Com a **inflação** corroendo renda e crédito mais caro, o consumo cai e as empresas investem menos em novos projetos para abrir mais vagas Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

Também entra nessa conta o caso da Comerc, empresa do setor de energia que até já tinha definido o preço de oferta de suas ações, mas foi comprada pela Vibra (ex-BR Distribuidora) e abandonou a oferta.

Há na CVM oito ofertas com o processo interrompido por até 60 dias úteis, a pedido das empresas. São elas Environmental ESG, Dori Alimentos, Madero, CSN Cimentos, Bluefit, Althaia Farmacêutica, Tópico Locações de Galpões e Humberg Agribrazil. Há ainda outras empresas conhecidas em compasso de espera, como a rede de restaurantes Madero e a fabricante de meias Lupo.

Lupo vai fazer IPO Foto: Divulgação

Deterioração interna

No jargão do mundo empresarial, a "janela" favorável

para lançar ações e vê-las se valorizar se fechou no Brasil.

Para o responsável pela área de Investment Banking do Santander, Gustavo Miranda, isso se deve a uma combinação de fatores que envolve uma piora do cenário global e a deterioração das condições domésticas, que foram intensificadas na semana passada com a crise em torno do teto de gastos.

Tamanho não é mais documento para entrar na Bolsa, cada vez mais procurada por empresas médias Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Ele chama a atenção para a escalada da **inflação**, que obriga o Banco Central a subir juros e torna os investimentos em renda fixa mais atraentes para os investidores dispostos a comprar papéis na Bolsa. Os juros também afetam os investimentos das empresas.

- Estamos tendo discussões sobre a questão fiscal do país de novo, em um cenário que o Banco Central está tendo que subir juros. A **inflação** e os juros em alta aumentam as preocupações com a atividade econômica e tornam mais incerto a projeção de cenário para os próximos meses - diz Miranda.

ele continua:

- Os gestores de fundos começam a ficar mais cautelosos porque, se eles começam a tomar saques ou resgates em maior proporção, precisam estar posicionados em ações que tenham muita liquidez diária e que tenham menos riscos, o que não casa com IPOs, que são empresas novas e há pouco tempo para conhecê-las.

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na B3, em protesto contra a **inflação** e o desemprego Foto: AMANDA PEROBELLI / REUTERS

Membros de movimentos sociais ocuparam nesta quinta-feira a sede da Bolsa de Valores brasileira, a B3, em São Paulo, para protestar contra o desemprego, a **inflação** e a fome Foto: Reprodução / Twitter

Manifestante usando máscara ergue o punho durante protesto dentro do prédio da Bolsa, em São Paulo Foto: Reprodução / Twitter

Manifestante segura cartaz contra a gestão da economia do presidente Bolsonaro Foto: Reprodução / Twitter

Os ativistas escolheram o local por sintetizar a desigualdade no país Foto: Reprodução / Twitter

Manifestantes se reúnem em frente ao prédio da Bolsa, no centro de São Paulo Foto: Reprodução / Twitter

Liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), os integrantes ocuparam o térreo do prédio, no centro da capital paulista Foto: Reprodução / Twitter

Para um analista de banco de investimentos, que pediu para não se identificar, os acontecimentos da semana passada rebaixam as expectativas para a realização de ofertas até o final do ano.

Na avaliação dele, a tentativa do governo de mexer no teto de gastos reforça as dúvidas sobre as contas públicas que já vinham afligindo investidores. Fica agora praticamente inviável a retomada de IPOs bem-sucedidos, diz ele, com possibilidade de valorização das ações, até o fim do ano.

No exterior, mais obstáculos. Preocupações com a alta **inflação** em meio à crise energética em vários países, perspectivas de crescimento menor na China e a retirada de estímulos por parte de bancos centrais com o dos EUA prejudicam os mercados acionários em países emergentes.

A Environmental ESG, subsidiária da empresa de saneamento Ambipar, suspendeu a oferta de IPO no início deste mês, alegando como motivo "as atuais condições desfavoráveis dos mercados financeiros e de capitais".

A Bluefit, rede de academias que tentava acompanhar o sucesso do IPO da SmartFit, destacou "as atuais condições de volatilidade no mercado de capitais" para justificar o adiamento.

Fundada em 2015 na cidade de Santo André, a BlueFit está presente em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal, e tem 102 unidades em operação. Foto: Reprodução/site da Bluefit

Outra desistência recente foi a da Intercement. No início deste mês, a empresa decidiu cancelar a oferta que estava suspensa "em razão das atuais condições adversas do mercado, mas afirmou que continuaria monitorando as condições de mercado, "incluindo potencial novo pedido de oferta pública de ações".

Ofertas movimentam R\$ 63 bi

Apesar do número alto de desistências, o ano de 2021 ainda é bem positivo em IPOs. Foram realizados 45, bem mais que os 28 do ano anterior.

Segundo dados da Associação Brasileiras das

Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), as ofertas movimentaram R\$ 63,4 bilhões nos nove primeiros meses deste ano. No mesmo período de 2020, o montante estava em R\$ 13,8 bilhões, com 11 operações já realizadas.

Entidades afirmam que PEC 32 teria pouco efeito na melhora da qualidade do serviço público e cria "novos privilégios" para as polícias Foto: EVARISTO SA / AFP

Manifestante usa máscara com imagem do presidente Bolsonaro para protestar contra a PEC 32 Foto: EVARISTO SA / AFP

Manifestantes de movimentos sociais usando máscaras retratando o presidente Jair Bolsonaro protestam contra políticas governamentais em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília Foto: EVARISTO SA / AFP

Manifestantes se deitam em performance durante protesto Foto: EVARISTO SA / AFP

Um dos pontos criticados é a mudança na avaliação de desempenho dos servidores Foto: EVARISTO SA / AFP

**Servidores públicos** usaram máscaras para protestar o presidente Foto: UESLEI MARCELINO / REUTERS

Para o Centro de Liderança Pública (CLP), o texto da reforma administrativa é favorável ao patrimonialismo e não deve ser aprovado Foto: UESLEI MARCELINO / REUTERS

Máscaras com o presidente Bolsonaro representado como a morte são queimadas durante protesto Foto: UESLEI MARCELINO / REUTERS

A expectativa com os follow-ons, que são ofertas subsequentes de ações para empresas já listadas em Bolsa permanece positiva. O volume registrado por essas operações até setembro foi de R\$ 60,2 bilhões, totalizando 23 casos. Entre janeiro e setembro de 2020, foram R\$ 55,4 bilhões, em 18 operações.

- Essas ofertas têm um risco menor, são mais simples e rápidas de fazer - explica Miranda, do Santander.

Dono da Tesla e da Space X, Elon Musk acumula atualmente uma fortuna de US\$ 222,1 bilhões, ocupando o primeiro lugar do ranking de centibilionários da Bloomberg Foto: POOL / REUTERS

Fortuna do fundador da Amazon, Jeff Bezos, bate US\$ 190,8 bilhões Foto: ALESSANDRO DI MARCO / ANSA

Com uma fortuna de US\$ 155,6 bilhões, Bernard

Arnault, presidente e diretor executivo da LVMH, a maior empresa de artigos de luxo do mundo, dona das marcas Louis Vuitton, Dior e Givenchy, entre outras, ocupa a terceira posição do ranking de centibilionários. Foto: Balint Pornecezi /

Bill Gates, fundador da Microsoft, tem atualmente uma fortuna avaliada em US\$ 127,9 bilhões Foto: SAMUEL CORUM / Agência O Globo

Larry Page, do Google, soma uma fortuna de US\$ 124,5 bilhões Foto: Eduardo Munoz / Reuters

A fortuna do CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, chega a US\$ 123 bilhões Foto: JOSH EDELSON / AFP

Ao lado de Larry Page (à direita), Sergey Brin, cofundador do Google, acumula um patrimônio de US\$ 120,1 bilhão Foto: John Cogill / Bloomberg News

O fundador da Oracle, Larry Ellison, entrou para o clube ao bater uma fortuna de US\$ 108,3 bilhões. Foto: Reuters

Steve Ballmer, o ex-CEO da Microsoft, é o mais novo integrantes do grupo de centibilionários, com um patrimônio líquido de mais de US\$ 105,7 bilhões Foto: Bloomberg

O megainvestidor americano Warren Buffett soma uma fortuna de US\$ 103,4 bilhões Foto: AFP

Ao atingir um patrimônio de US\$ 100,6 bilhões, o magnata indiano Mukesh Ambani acaba de entrar para o clube de centibilionários, ao lado de Jeff Bezos e Elon Musk Foto: Bloomberg

João Daronco, analista da Suno Research, destaca que os investidores não possuem muitas informações públicas sobre as companhias que pretendem fazer listagem. Com isso, em momentos como o atual, buscam empresas que já se provaram no mercado e com um histórico de dados públicos mais amplo:

- Grande parte dos IPOs do ano foram de small caps, empresas de nichos específicos e querem crescer. Quando as perspectivas domésticas pioram, os investidores buscam empresas mais consolidadas e com modelos de negócios mais provados.

Já para 2022, a perspectiva é por "janelas" reduzidas devido à volatilidade inerente a anos eleitorais, observa Carolina Ujikawa, gestora da Mauá Capital:

- O que incomoda é não ter a visibilidade do cenário.

**Site:**

**[https://oglobo.globo.com/economia/investimentos/com-  
crise-politica-economica-numero-de-ipos-cancelados-  
ou-adiados-ja-supera-de-estrepantes-na-bolsa-25250007](https://oglobo.globo.com/economia/investimentos/com-<br/>crise-politica-economica-numero-de-ipos-cancelados-<br/>ou-adiados-ja-supera-de-estrepantes-na-bolsa-25250007)**

# Governo atua para barrar desoneração da folha de 17 setores

**Thiago Resende Danielle Brant**

Por articulação do governo, o projeto que estende até 2026 a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores tem encontrado barreiras para avançar no Congresso.

A proposta está parada há um mês na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, onde o relator, deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), que é aliado do Palácio do Planalto, chegou a apresentar o voto e depois recuou.

Sem o parecer dele, o projeto não foi votado no início de outubro. Desde então, a proposta não retornou à pauta da comissão.

Outra via para avançar com a medida na Câmara seria levá-la direto para o plenário.

Um dos principais defensores da desoneração, o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) conseguiu o apoio parlamentar para que a Câmara decida se o projeto poderá sair da CCJ e ser analisado no plenário.

No entanto, a estratégia foi praticamente descartada por falta de endosso do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e pela articulação do governo contra a proposta, apesar de o cenário ter melhorado um pouco nos últimos dias, segundo Goergen.

"Os setores estiveram com o [ministro da Casa Civil] Ciro Nogueira, estiveram com o [presidente da Câmara] Arthur [Lira], por iniciativa deles próprios, sem nenhuma pressão parlamentar. Eles saíram das reuniões com a clareza de que o tema precisa avançar".

O deputado diz que Lira pediu aos técnicos da Câmara para fazerem um estudo de viabilidade orçamentária. "De alguma forma o governo se comprometeu mais, e o Arthur também avançou".

A proposta tem o objetivo de manter a redução dos custos de contratação de trabalhadores por empresas dos 17 setores. O incentivo está previsto para terminar em dezembro de 2021.

O Ministério da Economia é contra a prorrogação da

medida.

Aliados do governo tentam impedir o avanço da proposta, e, em troca, defendem que o Congresso busque uma solução para conseguir viabilizar uma promessa do ministro Paulo Guedes (Economia): uma desoneração da folha para todos os setores da economia e de forma permanente. Essa é a mesma posição de Lira.

A estratégia do governo é deixar que o Congresso assuma a liderança da articulação pela aprovação de um novo imposto digital -nos moldes da extinta CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira)- que substituiria os **tributos** sobre a contratação de mão de obra.

Essa troca de encargos é desejada por Guedes, mas, após diversos entraves para apresentar a proposta desde o início do governo, a equipe dele tem adotado uma postura diferente -deixando o Congresso assumir a linha de frente do plano de desonerar a folha de pagamento de todos os setores.

"A nossa ideia é a de que, se não conseguirmos contemplar todos os setores, possamos prorrogar a desoneração dos 17 setores inicialmente, encontrar espaço orçamentário para tanto e, mais adiante, desoneramos a folha de pagamento dos empregadores em nosso país. Essa é uma das medidas mais aptas a de fato gerar trabalho e emprego em nosso país", afirmou Freitas.

Segundo ele, se o benefício aos 17 setores não for prorrogado, mais de 3 milhões de empregos serão perdidos.

Se passar pela Câmara, a proposta seguirá para o Senado, que precisa dar o aval ao texto. "O prazo está apertado. Precisamos aprovar isso com urgência, mas está difícil conseguir abrir caminho para as votações", disse Goergen. A intenção do deputado era tentar votar o projeto na comissão nesta semana.

Ao se posicionar contra a desoneração da folha dos 17 setores, a equipe econômica diz que a medida representa um custo de R\$ 8,3 bilhões por ano, caso o benefício seja prorrogado. Isso não está previsto no projeto de Orçamento de 2022.

Além disso, o formato atual da proposta não prevê uma medida que compense as perdas aos cofres públicos. Isso, segundo membros do governo e técnicos do Congresso, contraria regras orçamentárias. Portanto, o plano é sugerir ao Palácio do Planalto que vete o projeto caso ele seja aprovado ainda neste ano.

Caberia então ao Congresso derrubar eventual veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para manter a política de redução do custo de mão de obra para os setores que mais empregam no país.

Goergen afirma que o ambiente de outros projetos aos quais o governo tem vinculado a questão da desoneração -o Imposto de Renda, pendente de votação no Senado, e a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos precatórios- "e mais o que aconteceu no próprio Ministério [com a debandada na equipe de Paulo Guedes]" preocupa.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49709>**

# Apostas abertas para o comando da Economia



» INGRID SOARES» FERNANDA FERNANDES

Faltando menos de um ano para as eleições, os principais pré-candidatos à Presidência já são conhecidos. No entanto, com o agravamento da crise econômica do país, nos bastidores do mercado a preocupação é, também, com a equipe a ser escolhida para gerir o Ministério da Economia, embora ainda seja cedo para apontar os nomes mais prováveis para a pasta. No caso da reeleição do presidente Jair Bolsonaro, que ainda está sem partido, no entanto, especialistas afirmam que Paulo Guedes, desgastado e alvo de críticas do Centrão, dificilmente será mantido no ministério. Em um cenário em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) seja conduzido ao seu terceiro mandato, o futuro ministro sairá da ala petista. O mais cotado é governador da Bahia, Rui Costa (PT-BA), seguido por Nelson Barbosa, ex-ministro do Planejamento e da Fazenda no governo Dilma Rousseff. O ex-presidente quer uma pessoa experiente, capaz de conduzir uma agenda complexa em 2023. Lula defende a forte participação do Estado na economia, recuo nas reformas, freio nas privatizações, o fim do teto de gastos e expansão de programas de transferência de renda.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), tem como nome forte o ex-ministro da Fazenda no governo **Temer**, Henrique Meirelles, atual secretário da Fazenda e do Planejamento do estado. A regra constitucional do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas do governo, foi elaborada na gestão de Meirelles na Fazenda. O tucano defende a responsabilidade fiscal como um legado do partido.

No caso do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), que também disputa as prévias internas da legenda, a articulação é com o economista Aod Cunha, coordenador da área econômica da pré-candidatura do tucano ao Planalto. Leite tem explicitado um conjunto de propostas de cunho liberal, mas com "consciência" social. Já afirmou, inclusive, que o próximo presidente precisará também investir em reformas e fazer um "certo ajuste no teto de gastos".

Intervencionista na economia, o presidenciável **Ciro Gomes** (PDT-SP) tem feito acenos ao mercado, trocando ideias com os economistas liberais Pêrsio Arida e André Lara Resende, dois dos pais do Plano Real. **Ciro** tem mantido contato também com os ex-ministros Delfim Netto e Luiz Carlos Bresser Pereira, e o ex-presidente do BNDES no governo **Temer** Paulo Rabello de Castro, além do professor da **Unicamp** Luiz Gonzaga Belluzzo, defensores da presença do Estado na economia. Visto como centralizador, entretanto, **Ciro** Gomes tenderia a escolher nomes de sua extrema confiança, para que ele mesmo exercesse, na prática, a função de ministro da Economia, avalia o professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Josué Medeiros. Entre os nomes para assumir a Economia em uma possível gestão do candidato do PDT, o professor destaca Nelson Marconi, coordenador do programa de governo de **Ciro**, e Mauro Benevides Filho, ex-secretário de Planejamento do Ceará, que acompanha o candidato pedetista desde a década de 1990.

Mais recente candidato a entrar na disputa, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deve procurar economistas de centro para formar a equipe. "O Gilberto Kassab (presidente do partido) é o idealizador da candidatura do Pacheco. Creio, portanto, que ele - que é economista, formado na FEA USP - terá grande influência em um eventual governo do Pacheco como presidente, que deverá seguir mais a linha de centro. O Kassab o lançou como terceira via, afastando-se dos extremos. O Pacheco já começou, inclusive, a criticar o governo Bolsonaro por ter furado o teto", lembra Gil Castello Branco, diretor-geral da Associação Contas Abertas. Por ser filiado ao PSD, Henrique Meirelles também pode ser associado à candidatura de Pacheco. O ex-ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, cotado na disputa

pelo Podemos, tem conversado com o ex-governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (sem partido), defensor da responsabilidade fiscal e das reformas tributária e administrativa. Apesar de ainda não ter deixado claro seu posicionamento no plano econômico, o ex-juiz publicou nas redes sociais, no último dia 22, uma coluna onde destacou a relação entre os retrocessos no combate à corrupção e a disparada da **inflação**. "Com uma agenda pública focada em interesses pessoais e não no bem comum, é impossível conciliar estabilidade econômica com avanços sociais", alfinetou.

Já a eventual equipe do ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS) para a Economia ainda é tida como uma incógnita por especialistas da área.

# Nova rodada de alta de juros



» ISRAEL MEDEIROS

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) vai se reunir, pela penúltima vez este ano, nos próximos dias 26 (terça-feira) e 27 (quarta) para decidir sobre uma nova alta na taxa básica de juros, a Selic. O Comitê já sinalizou que pretende aumentar novamente a taxa, que hoje está em 6,25% ao ano, em 1 ponto percentual, a exemplo do que fez nas últimas duas reuniões. Boa parte dos analistas, contudo, aposta numa elevação ainda maior.

A tendência de alta de juros começou ainda em março, quando o país estava no auge da segunda onda da pandemia. De lá para cá, a **inflação** disparou e já ultrapassou 10% no acumulado em 12 meses. Em setembro, última data da medição do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que a **inflação** mensal ficou em 1,16% - a pior para mês desde o início do Plano Real, em 1994. A alta de juros é a principal ferramenta do Banco Central para tentar conter o custo de vida, já que o consumo é desincentivado e fica mais caro tomar crédito, por exemplo.

O mercado financeiro, no entanto, acredita que a intervenção deve ser mais ousada. Casas de análise e corretoras apontam que, diante do rápido avanço da **inflação**, o Copom deveria aumentar a taxa em 1,25 ou 1,5 ponto. Essa percepção ganhou força após o governo ter decidido, na semana passada, romper o teto de gastos para viabilizar um gasto extra de R\$ 30 bilhões com o Auxílio Brasil, programa que o presidente Jair Bolsonaro quer implantar no lugar do Bolsa Família, criado no governo petista.

Com a desmoralização do teto, principal âncora fiscal para impedir o crescimento da dívida pública, o dólar

disparou, acentuando as pressões sobre a **inflação**. Além disso, dados do IPCA mostram um elevado índice de difusão, ou seja, o número de produtos e serviços que têm registrado alta de preços é elevado. Por isso, e diante da falta de ajuda da política fiscal, o BC seria obrigado a usar os juros para conter a febre inflacionária.

## Demanda

Parte dos especialistas, contudo, acredita que nem mesmo uma alta maior dará jeito na **inflação**, já que a alta nos preços no país tem a ver com o aumento do valor das matérias-primas para a produção nacional e não com o excesso de demanda. É o que afirma o economista Felipe Queiroz, pesquisador da Universidade Estadual de Campinas.

"Esse sistema (de aumento da Selic) só vale quando a **inflação** é de demanda. Mas o nosso problema não é esse. Se fosse, teríamos pleno emprego, consumo em alta, famílias com acréscimo real de renda. Nossa **inflação** é de custos, de fatores de produção. Aumentar os juros não vai resolver a **inflação**", disse.

"Aumentando os juros, não vai fazer chover, não vai diminuir os custos dos fretes, não vai diminuir os custos de produção", acrescentou Queiroz. Para ele, o governo deveria usar um mix de política econômica para reverter a alta **inflação**, mas não o faz porque acredita que o mercado se autorregula, ideia defendida pelos economistas de linha liberal, como o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Segundo Queiroz, com esse cenário, a tendência é de que o mercado pressione por uma alta maior nos juros porque a **inflação** "estourou o teto". Já Hugo Lasco-Pereira, doutor em economia pela UFMG, também ressalta que a **inflação** de demanda não é o caso do Brasil no atual momento. "A **inflação** de demanda é quando a gente tem uma economia muito aquecida, de tal modo que a demanda excede muito a oferta e isso gera um aquecimento da economia", comentou. Ele acredita, também, que aumentar os juros agora pode comprometer a recuperação econômica do país no pós-pandemia.

"Certamente, elevar a taxa de juros agora faz sentido dentro do regime de metas de **inflação**, mas, numa visão um pouco mais crítica, não vai ter tantos efeitos de controlar a **inflação**. A gente eleva a taxa de juros e os empréstimos ficam mais caros, o consumo fica

mais caro e a gente vai matar o paciente que está com febre. Não faz sentido nesse contexto", disse. Para lasco-Pereira, um dos principais problemas que contribui para a alta da **inflação** é a dependência do país de insumos básicos importados. "Assim, os custos das empresas dependem em muito da taxa de câmbio. E se ela desvaloriza, os custos aumentam, e isso é repassado para os preços, o que configura a **inflação**", completou.

## Sob pressão dos combustíveis



» **Bernardo Lima\***

A disparada no preço da gasolina tem dificultado a vida dos motoristas de aplicativos, como Uber e 99, que se queixam das baixas tarifas repassadas pelas empresas. Enquanto isso, usuários reclamam da qualidade do serviço ofertada. Com a escalada do dólar e a cotação elevada do petróleo no mercado internacional, que alcançou a marca de U\$ 85 por barril, o preço da gasolina disparou. Os preços do etanol e do gás natural veicular (GNV) também aumentaram. Com isso, a **inflação** para o motorista no Brasil chegou a 18,46% no acumulado em 12 meses até outubro, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). É a maior **inflação** para esse grupo desde 2000.

O resultado é que o ganho dos motoristas diminuiu muito. O líder do Movimento dos Motoristas de Aplicativo do Distrito Federal, Manoel Scooby, explica que as principais empresas do segmento reajustaram as taxas destinadas aos condutores, mas diz que a correção não foi suficiente para compensar a alta do preço dos combustíveis.

"A Uber nos informou que teve um reajuste de 15%. Já a 99 diz que houve de 15% a 20%. Porém a gasolina teve um reajuste de 40% em dois anos, os aplicativos não acompanharam o mercado", desabafa Scooby.

O indicador oficial de **inflação** do governo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), revela que a gasolina teve uma **inflação** de 39,60% em acumulado de 12 meses, até setembro. Além disso, no último mês, o gás veicular, mais conhecido como GNV, aumentou 0,68%, enquanto o óleo diesel (0,67%) também apresentou variação positiva.

Motorista de aplicativo há quatro anos e meio, Jorder Luiz Junior acumula mais de 16 mil corridas com Uber, 99 e InDriver. Insatisfeitos com a porcentagem que fica para as plataformas, ele afirma que, na verdade, não teve reajuste para os profissionais. "Pelo contrário, (a margem das empresas) subiu ainda mais. Hoje, está em torno de 25% a 45%", declara.

Com os preços das corridas aumentando, o número de viagens diminuiu, pois os consumidores se ressentem do impacto no bolso e, muitas vezes, o trajeto não é compensador para os motoristas. "Sou a favor de um preço justo aos passageiros, gerando, conseqüentemente, um volume maior de corridas. Assim, motoristas e passageiros sairiam ganhando", diz Jorder.

### Locação

Atualmente, muitos usuários estão com dificuldade de conseguir motoristas de aplicativos nas grandes cidades. De acordo com a Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla), os motoristas de aplicativo alugavam 200 mil veículos no início do ano passado. Esse número chegou a cair cerca de 80% no pico da crise, entre abril e maio de 2020, mas se recuperou no fim do ano. Hoje, o segmento aluga cerca de 170 mil veículos das locadoras, uma perda de 30 mil locações em relação ao início do ano passado.

Questionada pelo Correio, a 99 diz que, atualmente, possui 750 mil motoristas cadastrados em todo país e não observou redução no número de parceiros, mas, sim, um aumento da demanda de usuários.

A empresa informa, ainda, que, em setembro, fez um reajuste de 10% a 25% na tarifa repassada aos motoristas que trabalham nas 1.600 cidades onde opera.

Já a Uber informou que "tem intensificado seus esforços para ajudar os motoristas parceiros a reduzirem seus gastos, com parcerias que oferecem desconto em combustíveis, por exemplo, assim como tem feito uma revisão e reajustado os ganhos dos motoristas parceiros em diversas cidades". \*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

## Investidor à espreita (Editorial)

O custo da decisão do governo federal de pagar um Auxílio Brasil com valor médio de R\$ 400 e dar aumento de 20% para o benefício pago pelo Bolsa-Família já a partir de novembro e as manobras na Câmara dos Deputados para mudar a PEC dos Precatórios, de forma a liberar R\$ 83 bilhões do Orçamento para gastos acima do teto legal, têm impacto direto na credibilidade do Brasil entre os investidores.

O motivo para essa manobra, que é o pagamento do auxílio a 17 milhões de famílias, incluindo pouco mais de 14 milhões que hoje são atendidos pelo Bolsa Família, é extremamente louvável, mas é preciso ter cuidado para que medidas que deterioram as contas fiscais do país não se tornem, elas mesmas, fator de redução do valor de compra do benefício, o que pode surtir efeito contrário, com as famílias percebendo mais os aumentos de preços dos alimentos e itens básicos e considerando a pouca ajuda e demandando mais.

Não se discute a necessidade urgente de dar proventos a milhões de brasileiros que passam fome para acabar, o mais rapidamente possível, com cenas de seres humanos revirando restos de caminhões com ossos e rejeitos de animais e latas de lixo. Cenas tão deprimentes quanto estas antes eram vistas em lixões, mas, hoje, espalham-se pelas ruas, principalmente nas capitais. Esses mais de 50 milhões de brasileiros que vivem em insegurança alimentar precisam ser socorridos pelo Estado, o que, de certa forma, vinha sendo feito até hoje pelo Bolsa Família. Essa ajuda, no entanto, ainda que seja com uso de mais recursos públicos, tem de ser feita de forma clara e permanente.

Encaminhar a solução de um problema que é estrutural no Brasil, onde há uma brutal desigualdade social, de forma a não preservar o equilíbrio das contas públicas é um erro não porque o mercado seja soberano e fique nervoso, mas porque, dessa maneira, há um custo alto para toda a sociedade. O rompimento do teto de gastos, medida de austeridade fiscal, representa para os investidores - os que colocam dinheiro em projetos no país ou compram os títulos e ajudam a rolar nossa dívida pública federal, na casa de R\$ 5,5 trilhões - desconfiança em relação à capacidade do país de honrar seus compromissos e controlar seus gastos.

É por isso, por essa desconfiança, que o dólar teve alta de 3,16% na última semana e fechou cotado a R\$

5,627 na sexta-feira. A bolsa despencou 7%, aos 106.296 pontos. As empresas listadas na Bovespa perderam cerca de R\$ 300 bilhões em valor de mercado. A equipe do Ministério da Economia perdeu quatro integrantes, elevando para 12 o número de técnicos que deixaram o barco do ministro Paulo Guedes desde o início do governo. Para repô-los, ele teve de recorrer a técnicos remanescentes da própria equipe, indicando que não buscou alguém de fora, ou, se o fez, recebeu não como resposta.

Para além do nervosismo do mercado financeiro, o rompimento do teto de gastos afasta investidores externos do Brasil, reduzindo a entrada de dólares no país e pressionando a cotação da divisa norte-americana. Dólar caro significa mais **inflação**, mais aumento dos combustíveis e da energia elétrica (há importação e Itaipu é binacional), alimentando a alta dos preços e destruindo o poder de compra da ajuda de R\$ 400 na média.

A estimativa é de que, a cada 1% de alta da moeda norte-americana, o pãozinho nosso de cada dia receba impacto de 0,3 ponto percentual. É assim com todos os produtos e serviços que tenham insumos ou itens vendidos em dólar. Portanto, o Auxílio Brasil é extremamente necessário neste momento, mas a solução efetiva não envolve manobras orçamentárias e, sim, credibilidade para que o país tenha investimentos e geração de emprego. Trabalho, esse sim, o maior auxílio para quem precisa.

# 'Brasil regrediu, e governo vai sair gastando', lamenta um dos pais da regra do teto



**Douglas Gavras**

Considerado um dos pais do teto de gastos, o economista Marcos Mendes, 56, avalia que o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) mudou de tática nesta semana. Trocou os balões de ensaio, em que mandava sinais ao mercado de abandono da prudência fiscal, pela simples ruptura, ao deixar claro o drible ao teto de gastos.

A decisão do governo de mudar a regra que corrige o teto, de forma retroativa, abrindo espaço para mais gastos, é vista por Mendes como o fim da medida constitucional que ele ajudou a criar. O saldo disso será um horizonte de mais incertezas na economia, redução de investimentos, aumento da **inflação** e mais dificuldade de superar a crise, diz ele, que é pesquisador associado ao Insper.

Na visão do economista e também colunista da Folha, as movimentações recentes do governo contra o teto sinalizam uma mudança de regime fiscal, com a volta para uma antiga prática -gastar sem controle. "Entrou dinheiro, vamos encontrar algo para gastar e vamos gastar mesmo o que não tivermos. Não vamos ter nenhuma ferramenta contrária a esse tipo de irresponsabilidade", afirma.

O cenário, segundo ele, se reflete nas reações que ocorreram nos últimos dias: queda da Bolsa, alta do

dólar, renúncia de secretários do ministério da Economia e um aumento do temor, por parte dos analistas, de que o governo continuará tomando medidas, como a criação do Auxílio Brasil, para buscar aumentar a popularidade do presidente até o ano que vem -quando Bolsonaro deve tentar a reeleição.

Com toda a turbulência que ocorreu nesta semana, o ministro Paulo Guedes chegou a explicar que a movimentação do governo se tratava de uma "licença para gastar fora do teto". Na prática, o teto de gastos ainda existe? Não, ele foi rompido, perdeu totalmente qualquer potência que tinha para guiar a política fiscal.

O grande fato que ocorreu na quinta-feira (21) foi que se estabeleceu uma mudança de regime fiscal. O Brasil regrediu ao regime anterior, em que a regra era gastar o máximo que você puder. Entrou dinheiro, vamos encontrar algo para gastar e vamos gastar mesmo o que não tivermos. Não vamos ter nenhuma ferramenta contrária a esse tipo de irresponsabilidade. Em vez de o governo suavizar os ciclos econômicos, ele vai passar a fazer o oposto.

O teto era uma forma de segurar a despesa e já vinha dando resultados, a receita estava melhorando. Rompendo isso, o governo agora vai sair gastando. A economia vai ganhar volatilidade e mais incerteza.

O que podemos esperar deste novo regime fiscal? É um regime que só sobrevive quando o governo aumenta a carga tributária, mas ela já está no limite. Para cada porcentagem de carga a mais, mata-se uma série de negócios na economia, cria-se pesos mortos e impede-se o florescimento de negócios.

A fatura do drible ao teto de gastos, então, vai chegar em breve? Sim. Já estamos com a dívida pública em um patamar elevado e isso facilmente sairia de controle. Esse novo regime gera mais juros, risco de aumento tributário, aumento da incerteza e redução de crescimento do país.

Como a capacidade de aumentar tributação e endividamento se esgotou, a tendência é que a **inflação** suba mais e eles comecem a fazer gastos por meio de bancos públicos. O saldo vai ser mais volatilidade, menos geração de empregos e mais **inflação**.

Era possível reformular o Bolsa Família sem precisar abrir mão do teto? Quando se fala em programa social, o debate é sempre quanto vai custar e quantos serão atendidos. Mas um programa desse tipo envolve muito mais detalhes, como bom cadastro e estrutura de dados, busca ativa das pessoas em situação vulnerável.

O Brasil tem tudo isso já montado, poderia ser construído um programa focado nos mais pobres e com uma poupança para as pessoas que estão sujeitas à volatilidade de renda, em situações, como a pandemia. Um programa eficiente, a um custo mais baixo, seria possível, até pela revisão de programas desenhados antes e que hoje não fazem mais sentido.

Existem debates na sociedade, com sugestões de programas que seriam mais baratos e mais eficazes. O que governo quer fazer tem um desenho ruim e sem detalhes definidos. Há um potencial enorme de conflito entre os vários programas dentro desse Auxílio Brasil, que ainda vão precisar ser regulamentados.

A opção do presidente foi por anunciar alguma coisa que dê voto e fora da capacidade de pagamento do Estado.

O ruído nos mercados nesta semana se deu por esse acúmulo de incertezas? É preciso ter uma lista de prioridades e respeitar a capacidade de financiamento do Estado. Aquele dinheiro dado em transferência de renda vai representar mais imposto ou mais **inflação**, que lá na frente, vai tirar dinheiro dessas pessoas, de todo modo?

Não existe um governo que só faça o bem e um mercado que não queira pagar R\$ 400 aos mais pobres. Os investidores só não vão deixar o governo fazer o que ele quiser, para depois a **inflação** subir e o dinheiro deles perder valor.

O governo já vinha dando sinais de que trocava a responsabilidade fiscal por projetos que aumentem a popularidade do presidente até a eleição do ano que vem. Os analistas foram ingênuos ao não perceberem antes que algo assim aconteceria? O que vinha acontecendo desde o ano passado eram balões de ensaio. Quando queriam criar um programa, que tiraria os investimentos públicos do teto de gastos, havia uma tensão no mercado, vários economistas criticavam e o governo recuava. Com a tentativa de calote de precatórios foi a mesma coisa.

Mas desde que o centrão capturou a coordenação política, o interesse do governo prevaleceu sobre o esforço da Economia. O presidente também entrou em desespero, ao ver a eleição chegando e sua popularidade caindo. Antes, havia um pudor de ser

tachado de "coveiro do teto de gastos". Isso acabou.

Se os sinais recentes do governo desagradam, podemos esperar uma retirada de apoio do mercado ao governo? Não acredito que exista mercado aliado ao governo. O dito mercado são várias entidades, empresas, lojas, cadeias de supermercado, não apenas o mercado financeiro. Não existe uma entidade que é favorável ou contrária a um presidente, mas as pessoas fazem contas.

Em um ambiente de mais incerteza, as empresas investem menos, diminui o horizonte. Se há chances de novas guinadas bruscas, como a que vimos nesta semana, todo mundo se protege para não perder dinheiro. Isso reduz investimentos e inovação. A única atratividade que o Brasil vai ter vai ser aumentar muito os juros e tentar atrair algum capital especulativo, que fica aqui um pouco e depois se vai embora.

Na eleição de 2018, havia um discurso de que o ministro Paulo Guedes poderia transformar o presidente Bolsonaro em um liberal. Três anos depois, podemos dizer que foi Bolsonaro quem transformou Guedes? Em primeiro lugar, o presidente tinha um longo histórico corporativista e estatizante, nada levava a crer que ele teria interesse por uma plataforma liberal.

Em segundo lugar, no Brasil, temos um corredor estreito para sair da estagnação e crescer, que é fazer uma aliança interpartidária majoritária no Congresso, por meio de uma articulação eficiente, objetiva e com projetos de qualidade. Ao mesmo tempo, é preciso gerir os interesses de curto prazo, em um Congresso povoado por interesses particulares e com diferentes bancadas com objetivos específicos.

Quando o sistema gera esse tipo de representação, o interesse coletivo -que leva a uma **inflação** baixa, com estabilidade fiscal -etc acaba vindo. O caminho é sempre conseguir não se entregar totalmente a esses interesses de curto prazo.

E o governo atual falhou em construir essas pontes para o interesse coletivo? O presidente, no começo do mandato, optou por confrontar o Congresso em vez de formar uma base. O Legislativo se antecipou e capturou o Orçamento. Conforme a situação política do presidente se deteriorou, ele entregou o comando do governo ao Congresso, e o centrão tomou conta da articulação política. Passaram a distorcer as propostas de reformas e a política econômica perdeu o rumo por completo.

Esse desmonte do teto de gastos é uma consequência disso. O que tem ditado a política econômica é o desejo do centrão de acumular votos e Bolsonaro é

refém disso, por ter perdido o controle do governo.

E que papel o ministro Paulo Guedes deve assumir agora, já que o de "superministro" não cabe mais a ele? Guedes trabalhou em um ambiente difícil, em um governo de baixa de qualidade. Já era complicado antes. Só por resistir alguns anos já tem algum mérito. Mas faltou objetividade nas propostas da equipe econômica.

A cada momento, ela vinha com uma ideia genial: reduzir o número de municípios, recriar a CPMF, montar um fundo de empresas estatais para conseguir recursos. Essas ideias eram divulgadas, mas as propostas não apareciam.

Ficou famoso um meme do ministro, com a frase "semana que vem eu entrego". A regra número um do gestor público é não anunciar nada antes de pronto, só depois de ter uma proposta desenhada, conversada com os atores políticos. Houve muito voluntarismo e faltou pé no chão, para desenhar as propostas e ter diagnósticos corretos.

A debandada de secretários do Ministério da Economia reforça essa percepção de falta de rumo? Se tem uma coisa que é comum entre os secretários que se demitiram é o alto grau de profissionalismo e de espírito público. São servidores dedicados e que sabiam o que estavam fazendo. Mas bateu no limite do aceitável.

O [ex-secretário especial do Tesouro e Orçamento] Bruno Funchal desenhou todo um sistema contábil de aperfeiçoamento das contas dos municípios; o [ex-secretário-adjunto do Tesouro Nacional] Rafael Araújo entende tudo de Fies e dos detalhes das contas do Tesouro; o [ex-secretário do Tesouro Nacional] Jeferson Bittencourt conhece muito de bancos públicos. Todos eles são funcionários exemplares, saíram para não ter de concordar com o que ainda está por vir.

Marcos Mendes, 56

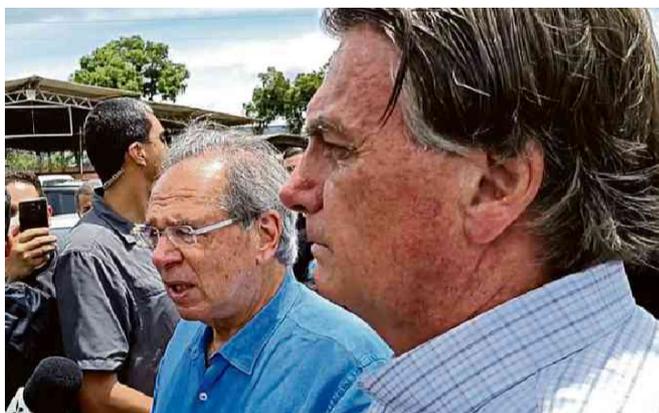
Economista e pesquisador associado do Insper, também foi assessor especial do antigo Ministério da Fazenda. É autor de "Por que É Difícil Fazer Reformas Econômicas no Brasil?"

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>**

**09**

# Área técnica teme novos avanços sobre Orçamento



**Bernardo Caram**

Membros da área técnica do Ministério da Economia - entre aqueles que ficaram na pasta após a debandada de secretários- avaliam que, embora a situação esteja mais calma após a permanência do ministro Paulo Guedes no cargo e a oficialização de novos nomes para a área que controla os cofres do governo, o ambiente ainda é de preocupação com a fragilidade do quadro fiscal.

A avaliação é que as normas de controle do Orçamento público estão vulneráveis e expostas à ação do Congresso e da ala política do governo, que buscam ampliação de gastos às vésperas do ano eleitoral.

Os próximos dois meses são considerados decisivos por quem monitora os fundamentos das contas públicas. Dentro desse período, os parlamentares analisarão a PEC (proposta de emenda à Constituição) que limita as despesas com precatórios - dívidas do governo reconhecidas pela Justiça- e o projeto de Orçamento de 2022.

Na visão de um integrante do ministério, o governo foi ao limite da responsabilidade fiscal ao propor a manobra que dribla o teto de gastos -regra que limita o crescimento das despesas públicas federais à variação da **inflação**.

O objetivo da proposta é abrir um espaço orçamentário por meio de uma mudança na forma de corrigir anualmente o teto. A partir da alteração, será criado espaço nas contas do governo em 2022, com uma elevação de R\$ 30 bilhões no teto.

O dinheiro será usado para turbinar temporariamente, até o fim do ano que vem, o novo programa social do governo, batizado de Auxílio Brasil.

A medida, associada à limitação de precatórios, deve criar uma margem total de R\$ 83 bilhões nas contas no ano das eleições. Parte do dinheiro deve ser deslocado para turbinar emendas parlamentares - recursos direcionados pelos deputados e senadores a obras e projetos em suas bases.

A decisão, que teve o aval do governo e de Guedes, levou a um pedido coletivo de demissão de quatro secretários responsáveis por comandar a área que controla o cofre do governo, a Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento.

Para um membro da área técnica da pasta, o momento é de fragilidade e há riscos fiscais à frente. Nas palavras desse técnico, será necessário observar se a sanha da ala política por mais recursos acabou e se a solução proposta pelo governo será suficiente.

A PEC dos precatórios foi aprovada em comissão especial da Câmara na última semana e depende de votação do plenário da Casa, antes de seguir para o Senado. O texto pode ser alterado pelos parlamentares até o fim da tramitação.

Os focos de preocupação na pasta são o tamanho do Auxílio Brasil, que poderia ter o valor de R\$ 400 ampliado, e o montante que será incluído no Orçamento para as emendas parlamentares.

Um auxiliar de Guedes afirma que as próximas semanas devem ser de pressão dentro e fora do governo para que haja uma expansão ainda maior de gastos.

Para essa fonte, não há espaço para que as despesas sejam ampliadas sem um risco maior de descontrole dos indicadores macroeconômicos.

O anúncio do programa que dribla o teto já levou a uma derrubada dos índices da Bolsa e elevação do dólar e dos juros.

Por isso, a equipe econômica pretende argumentar que movimentos mais ousados na direção da irresponsabilidade fiscal tendem a deteriorar esses

indicadores, provocando mais **inflação**, o que acaba atingindo em maior intensidade os mais pobres.

Guedes vem defendendo um equilíbrio entre os interesses da ala política, que busca mais gastos, e da equipe econômica, que tenta travar as despesas. Ele diz, porém, que há um limite para as negociações e que esse patamar máximo seria o de R\$ 30 bilhões já definido em acordo.

Na última semana, contrariando os interesses de Guedes, Bolsonaro exigiu que o novo programa social do governo fosse turbinado para um valor de R\$ 400 - o valor médio do Bolsa Família está hoje em R\$ 190.

O ministro defendia um patamar mais baixo, de até R\$ 300, e insistia que o reajuste fosse feito com despesas dentro do teto de gastos vigente hoje. No entanto, o titular da Economia foi vencido na disputa.

Enquanto a solução para a área social não é concretizada, membros do Ministério da Economia torcem por uma redução nos atritos dentro do governo. A percepção é que a crise interna tem deixado o dólar em um patamar acima do aceitável para os fundamentos econômicos do país, o que pressiona a **inflação**.

Guedes vinha passando por uma fritura no governo. Em entrevista ao lado de Bolsonaro na sexta (22), ele relatou que membros da ala política fizeram sondagem com o banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, em busca de um substituto para seu posto no ministério. O cotado seria Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro e atual economista-chefe do BTG.

"Sei que o presidente não pediu isso, porque acredito que ele confia em mim e eu confio nele, mas sei que muita gente da ala política andou oferecendo nome e fazendo pescaria", disse o titular da Economia.

O ministro não citou nominalmente ninguém. Contudo, sabe-se que integram a ala política os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e João Roma (Cidadania) - todos parlamentares e defensores da solução do Auxílio Brasil de R\$ 400.

Agora, a avaliação na pasta é que a temperatura deve baixar porque Guedes cedeu e a ala política foi atendida com a expansão de gastos, o que permitirá a adoção de medidas com apelo eleitoral.

'A gente vai sair junto', diz Bolsonaro ao lado de Guedes

Neste domingo (24), o ministro Paulo Guedes (Economia) deu mais uma entrevista ao lado do

presidente Jair Bolsonaro, em nova demonstração de apoio. Jornalistas questionaram Guedes se ele permaneceria no governo.

Bolsonaro se antecipou e respondeu: "A gente vai sair junto, lá na frente. Pode ter certeza disso."

Guedes, por sua vez, afirmou que a aprovação das reformas econômicas que estão em tramitação no Congresso compensaria o drible ao teto dos gastos, cobrando celeridade na tramitação.

Ele aproveitou para cobrar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), pelo avanço dessas pautas. Guedes afirmou que Pacheco, cotado como candidato à presidência em 2022, precisa ajudar o governo se quiser se "viabilizar como uma alternativa séria".

O ministro disse ainda que as reformas vão compensar o drible no teto dos gastos - segundo ele, apenas a administrativa resultaria em uma economia de R\$ 300 bilhões.

Apesar de ter cedido à pressão do presidente, Guedes voltou a dizer que defende o teto dos gastos, mas que Bolsonaro precisou tomar uma importante decisão política e evitar o sofrimento dos mais pobres.

"Vou continuar a defender o teto, as privatizações. Agora, o presidente precisa tomar as decisões políticas muito difíceis. Se ele respeita o teto, ele deixa 17 milhões de famílias passando fome", afirmou.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49709>

# Bitcoin deve ganhar mais força diante da inflação

**Lucas Bombana**

Depois de ter quebrado seu recorde na última quarta-feira (20) ao ultrapassar a barreira dos US\$ 66 mil (R\$ 376,93 mil), o bitcoin passou por um esperado reajuste nas sessões seguintes, que o colocaram de volta aos US\$ 60,5 mil (R\$ 345,5 mil) na sexta-feira (22).

Na avaliação de especialistas que atuam no setor, o recuo recente não abala em nada a confiança nas perspectivas positivas de longo prazo para a valorização do bitcoin e de outras criptomoedas.

Segundo Alexandre Ludolf, diretor de investimentos da QR Asset Management, gestora de criptoativos com cerca de R\$ 1,1 bilhão, o ano de 2021 ficará marcado pela forte expansão e consolidação do mercado cripto em diversas frentes -com aumento da adoção institucional por grandes empresas e investidores, lançamento de novos produtos financeiros e até países adotando a moeda digital.

"A percepção de que o bitcoin é uma boa proteção contra a **inflação** permanece ganhando força. E considerando todos os estímulos fiscais e os problemas em importantes cadeias de suprimentos, não podemos descartar um cenário global conturbado e com uma persistência inflacionária, o que impulsionaria o bitcoin ainda mais, via desvalorização das moedas fiduciárias", diz Ludolf.

No ano, o bitcoin acumula valorização de aproximadamente 114% em dólar, até 22 de outubro, segundo dados da Bloomberg.

O diretor de investimentos da QR Asset acredita em um cenário com o bitcoin oscilando ao redor de US\$ 100 mil (R\$ 571,1 mil) no fim do ano. Ele também vê continuidade do movimento de alta em 2022, com o criptoativo podendo se aproximar dos US\$ 140 mil (R\$ 799,5 mil).

"A regulação não consegue parar a inovação, e as tecnologias públicas descentralizadas continuarão a ganhar penetração nos mais diversos mercados", diz Ludolf.

Axel Blikstad, gestor dos fundos de criptomoedas da BLP Asset, também vê como uma probabilidade bastante factível a cotação do bitcoin encostar nos

US\$ 100 mil ainda em 2021.

"Depois do que vimos nos últimos dias, não duvidaria o mercado testar esses patamares durante o último trimestre do ano, tem muita gente nova entrando. Não vejo como nenhum absurdo [o bitcoin se aproximando de US\$ 100 mil nas próximas semanas]", afirma Blikstad.

Ele lembra que o primeiro ETF (exchange-traded fund, fundo de gestão passiva) de criptomoedas lançado semana passada no mercado americano pela ProShares levantou cerca de US\$ 1 bilhão (R\$ 5,7 bilhões) em apenas dois dias de negociação, evidenciando de maneira explícita o tamanho do interesse dos investidores em torno do tema.

"O lançamento representou a sinalização do principal regulador do mercado global, que é a SEC [Securities and Exchange Commission, a CVM americana], de que está começando a olhar de maneira mais positiva para o ecossistema das criptomoedas como um todo", diz o gestor da BLP Asset, com cerca de R\$ 500 milhões sob gestão em fundos cripto, tendo sido a primeira do país a lançar um fundo de gestão ativa de criptomoedas no mercado, em 2017.

Blikstad assinala que a captação do novo fundo indexado nos EUA bateu o recorde anterior alcançado em 2004 por um ETF que acompanha a cotação do ouro -existe uma ala no mercado que defende que o bitcoin pode ser considerado uma reserva de valor, assim como o metal precioso e o dólar.

O gestor da BLP Asset diz que, devido à alta volatilidade, não considera o bitcoin uma reserva de valor, ainda. Mas entende que, com o passar do tempo e o ingresso de novos investidores trazendo uma estabilidade maior para o negócio, o bitcoin e outras criptomoedas podem sim vir a se tornar uma reserva de valor.

No Brasil, a gestora Hashdex foi a pioneira ao lançar em abril o primeiro ETF de criptomoedas no mercado local, que rapidamente atraiu uma legião de cotistas.

No fim de setembro, o fundo indexado se destacava como o terceiro maior em número de investidores na Bolsa brasileira, com 127,3 mil cotistas, atrás apenas de ETFs que acompanham os índices acionários

amplos S P 500 (com 174,2 mil cotistas) e Ibovespa (com 128 mil cotistas).

Gestor de portfólio da Hashdex, João Marco Cunha diz que o movimento recente que levou o bitcoin a romper suas máximas históricas tem um caráter mais sustentável, em comparação ao recorde anterior de abril.

Entre as razões para isso, o especialista aponta o fato de a China ter banido a negociação de criptomoedas no país -no dia 24 de setembro, o Banco Popular da China, o banco central do país, declarou que todas as atividades relacionadas a moedas digitais na região são ilegais.

Embora tenha causado um forte aumento da volatilidade em um primeiro momento, o gestor da Hashdex diz que, nas semanas seguintes, a decisão passou a ser interpretada pelo mercado como positiva, por reduzir o grau de incerteza que constantemente pairava a respeito da atuação do gigante asiático no setor.

Cunha diz ainda que o fato de o presidente da Tesla, Elon Musk, ter reduzido suas declarações públicas a respeito do bitcoin também contribuiu para o desempenho recente da criptomoeda.

"Ainda é um mercado super volátil e vão ter momentos de correção, mas as perspectivas e o cenário macro de cripto parecem bastante positivos", diz o gestor da Hashdex, empresa com cerca de R\$ 5 bilhões em ativos sob gestão.

Ludolf, da QR Asset, acrescenta que, embora o bitcoin seja considerado a "moeda de reserva" do mercado cripto, tal como o dólar para o câmbio, diversos modelos de negócio digitais ganharam força no mercado em 2021.

Dentre eles, o diretor de investimentos aponta o mundo das finanças descentralizadas, conhecido como DeFi, e dos NFTs (non-fungible tokens), que vêm sendo utilizados para formas diversas de monetização, das artes digitais aos esportes, passando por modelos de jogos em que o usuário é remunerado pela plataforma ao jogar.

"Acreditamos que a tendência de crescimento dos mercados de DeFi e NFTs continuará, fazendo com que os tokens vinculados a esses projetos continuem demandados e que os protocolos que suportam estas aplicações sejam opções de investimento interessantes", afirma Ludolf.

Recentemente, a gestora de recursos Kinea Investimentos, controlada pelo Itaú Unibanco, se

tornou a primeira do seu porte no mercado brasileiro a anunciar a estreia no universo das criptomoedas, com um aporte no ativo digital ether.

Blikstad, da BLP Asset, diz que a criptomoeda ether, negociada pela plataforma Ethereum, é hoje a principal aposta nas carteiras dos fundos, frente ao crescimento das finanças descentralizadas, que não passam pelas grandes instituições financeiras e vêm permitindo a criação de diversos novos nichos de mercado. No acumulado do ano, o criptoativo acumula uma alta de cerca de 438,5%.

Um exemplo dessa tendência pode ser vista mais recentemente pelo anúncio de parceria na última sexta-feira (22) entre a plataforma Mercado Bitcoin, de compra e venda de criptomoedas, e o Santos Futebol Clube.

Pelo negócio, a agremiação da Vila Belmiro irá lançar no mercado um token digital, que é o registro de um ativo no universo do blockchain, chamado "Token da Vila".

O ativo digital terá um valor inicial de R\$ 50 na data do lançamento, no dia 26, e será lastreado no direito que o Santos FC possui sobre 12 jogadores que formou em suas categorias de base. As regras da Fifa estabelecem que um percentual de até 5% sobre cada transferência do jogador seja retornado aos clubes que os formaram entre os 12 e 23 anos.

Entre os jogadores no grupo, estão estrelas como os atacantes Neymar Jr, do PSG (Paris Saint-Germain), Gabriel Barbosa, do Flamengo, e Rodrygo, do Real Madrid.

"Essa operação é muito interessante, porque ganha o clube, gerando receita nova, ganha o mercado de bitcoin tendo o Santos na sua prateleira de clientes e certamente ganhará o comprador do Token da Vila, porque a expectativa de transacionar esses atletas listados é extremamente alta", disse o executivo de marketing do Santos FC, Rafael Soares, em nota.

O token será remunerado toda vez que acontecer uma transferência onerosa de um dos jogadores da cesta. Serão cerca de 600 mil tokens, que totalizam uma oferta de R\$ 30 milhões ao mercado.

Segundo Bruno Milanello, executivo de novos negócios da Mercado Bitcoin, a empresa tem registrado uma média de 100 mil novos investidores por mês em 2021. A plataforma soma uma base com cerca de 3 milhões de clientes, que só neste ano movimentaram aproximadamente R\$ 30 bilhões na negociação de criptomoedas.

Em julho, a empresa recebeu um aporte de US\$ 200 milhões (R\$ 1,14 bilhão) do conglomerado japonês SoftBank, que avaliou o negócio em US\$ 2,1 bilhões (R\$ 12 bilhões), tornando o Mercado Bitcoin o primeiro unicórnio cripto (startup avaliada acima de US\$ 1 bilhão) da América Latina.

Os recursos serão utilizados para aumentar a escala do negócio, expandir a oferta e investir em infraestrutura para atender à crescente demanda por criptomoedas na região.

O executivo afirma também estar nos planos do Mercado Bitcoin novas aquisições -em agosto, a empresa adquiriu e integrou ao seu negócio a Tropix, plataforma de negociação de NFTs- bem como iniciar o processo de internacionalização para a América Latina, em países como México, Colômbia, Chile e Argentina.

"É preciso desmistificar a ideia de que quem trabalha com cripto não gosta de regulação. Desde que o regulador se proponha a manter um diálogo aberto com os agentes do mercado, como é no caso do Brasil, vemos como algo muito positivo, até por dar um conforto para todos os envolvidos, desde o governo até as empresas e os investidores", diz Milanello.

Santos lança token de jogadores, incluindo Neymar Jr

Um exemplo dessa tendência foi o anúncio de parceria na última sexta (22) entre a plataforma Mercado Bitcoin, de compra e venda de criptomoedas, e o Santos Futebol Clube.

Pelo negócio, a agremiação da Vila Belmiro irá lançar no mercado um tokendigital, que é o registro de um ativo no universo do blockchain, chamado "Token da Vila".

O ativo terá um valor inicial de R\$ 50 no lançamento, no dia 26, e será lastreado no direito que o Santos possui sobre 12 jogadores que formou em suas categorias de base - as regras da Fifa estabelecem que um percentual de até 5% sobre cada transferência do jogador seja retornado aos clubes que os formaram entre os 12 e 23 anos.

Entre os jogadores no grupo, estão estrelas como os atacantes Neymar Jr, do PSG (Paris Saint-Germain), Gabriel Barbosa, do Flamengo, e Rodrygo, do Real Madrid.

"Essa operação é muito interessante, porque ganha o clube, gerando receita nova, ganha o mercado de bitcoin tendo o Santos na sua prateleira de clientes e certamente ganhará o comprador do Token da Vila, porque a expectativa de transacionar esses atletas

listados é extremamente alta", disse o executivo de marketing do Santos FC, Rafael Soares, em nota.

O token será remunerado toda vez que acontecer uma transferência onerosa de um dos jogadores da cesta. Serão cerca de 600 mil tokens, que totalizam uma oferta de R\$ 30 milhões ao mercado.

Segundo Bruno Milanello, executivo de novos negócios da Mercado Bitcoin, a empresa tem registrado uma média de 100 mil novos investidores por mês em 2021. A plataforma soma uma base com cerca de 3 milhões de clientes, que só neste ano movimentaram aproximadamente R\$ 30 bilhões na negociação de criptomoedas.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49709>

# Pandemia e dólar alto criam fila de 50 mil por cirurgia cardíaca no SUS

**Raquel Lopes e Mateus Vargas**

A pandemia da Covid-19 e a alta do dólar travaram ainda mais as cirurgias cardíacas no SUS. O problema da escassez de recursos para procedimentos eletivos é crônico, mas agora piorou. Entidades médicas e gestores de hospitais relatam que estão suspendendo operações por não conseguirem comprar insumos como válvulas, cânulas e oxigenadores.

A SBCCV (Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular) estima que cerca de 50 mil pessoas aguardam na fila por operações desse tipo, enquanto o número de atendimentos cai a cada ano.

Com a disparada do dólar, insumos ficaram mais caros, alcançando valores muito acima dos que o governo federal repassa aos hospitais.

Por conta disso, há estados com cirurgias paradas, como Goiás. Outros decidiram destinar recursos próprios para conseguir manter a realização dos procedimentos.

A situação é mais crítica nas cirurgias cardiovasculares com circulação extracorpórea. São cirurgias cardíacas de alta complexidade em que o médico precisa abrir o peito do paciente.

Em -2020, foram realizadas 31.931 cirurgias desse tipo, 22,9% a menos que em 2019, segundo dados do Ministério da Saúde organizados pela SBCCV.

O Ministério da Saúde afirma que cabe aos estados e municípios gerenciarem as listas de espera. Informa ainda que faz estudos para avaliar possível reajuste nos valores repassados para os procedimentos.

Eduardo Rocha, presidente da SBCCV, diz que essa fila foi criada por dois motivos. O primeiro é a pandemia que fez represar cirurgias de alta complexidade. Com a falta de leitos de UTI e vagas em hospitais, elas foram suspensas.

Outra razão é a falta de produtos para que essas cirurgias sejam realizadas. Há fornecedores que não querem vender para o SUS por conta do valor de tabela pago. Hospitais de nove estados já relataram problemas para a SBCCV.

A "tabela SUS", que registra o valor pago pelo governo federal para diversos procedimentos no SUS, está defasada. Para cirurgias cardiovasculares com circulação extra -corpórea, que exigem válvulas, cânulas, oxigenadores, não há reajuste desde 2002.

Em 2021, com a alta do dólar e **inflação**, a situação ficou insustentável, segundo gestores do SUS e entidades médicas.

Paulo Fraccaro, superintendente da Abimo (Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos), afirma que, das cinco empresas que fornecem esses produtos ao SUS, três dentaram de ofertar.

"Com a pandemia diminuindo, o número de cirurgias que utilizam válvulas e oxigenadores está aumentando, e a demanda por insumos, também. As empresas não têm condição de atender essa demanda porque senão o prejuízo vai aumentar. Aumentou o preço da matéria-prima, energia elétrica, aumento de salários e aqueles que trabalham com produtos importados, o aumento do dólar", disse.

O caminhoneiro Geso Garcez Bueno, de 52 anos, espera há quatro meses na fila em Anápolis (GO) para realizar a cirurgia de revascularização do miocárdio. Ele sofreu dois infartos que o impossibilitaram, inclusive, de trabalhar.

Após ficar sem resposta sobre a data da cirurgia, Bueno buscou a Justiça, que deu ordem para a operação ser feita em até 15 (lias).

"O laudo médico diz que eu sofro risco de vida e mesmo assim não marcam a cirurgia. Toda vez que vou à prefeitura da cidade dizem que o SUS não está tendo insumo e não possuem dinheiro para cobrir a cirurgia", diz.

Para a presidente da Braille Biomédica, Patrícia Braille, está cada dia mais difícil o fornecimento dos produtos para a realização de cirurgias cardíacas no SUS. Ela explica que um kit usado em cirurgia com circulação extracorpórea é tabelado por R\$ 1.581,63 pelo SUS desde 2002, ou seja, está há 19 anos sem reajuste. "Há risco de desabastecimento."

Bruno Botelho Pinheiro, cirurgião cardiovascular e

membro titular da SBCCV, conta que em Goiás as cirurgias cardiovasculares realizadas pelo SUS foram reduzidas por falta de insumos. Alguns hospitais chegaram a pagar a diferença para que pudessem continuar as operações.

"Em Anápolis está totalmente parado desde 30 de março, apesar de 70 já estarem autorizadas. Já alguns hospitais de Goiânia estão complementando o valor em casos mais complexos", diz.

A CMB (Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas) alertou o Ministério da Saúde em junho sobre dificuldades. No documento, a entidade aponta que reajustes feitos pela indústria aumentam a diferença entre o valor pago pelo governo federal e o registrado nas licitações dos insumos.

Diretor-executivo do hospital filantrópico Bruno Bom, de Lajeado (RS), Cristiano Dickel afirma que teve de pedir ajuda ao município e até enviou pacientes a outras unidades por causa do aumento dos custos nas últimas semanas.

Como exemplo, Dickel cita que o governo envia R\$ 1.500 para a compra de válvulas biológicas, mas o custo do produto alcança R\$ 3.700. A unidade de Lajeado é referência na região, e atende a pacientes de 37 cidades. "O aumento começou no último mês. E fornecedores dizem que o problema irá se agravar."

A cirurgiã cardiovascular Silvana Berwanger, da Santa Casa de Ijuí (RS), afirma que é inédito interromper cirurgias por falta de opção de insumos. A unidade em que ela trabalha cancelou as operações eletivas, e mantém reservado um kit de válvulas biológicas para cirurgias de emergência.

O Ministério da Saúde disse, em nota, que na tabela SUS constam cinco procedimentos especiais relacionados ao material em questão, cujo custeio é financiado com recursos da pasta.

Entretanto, é de responsabilidade do gestor local o planejamento e gerenciamento dos repasses federais, e do estabelecimento de saúde, a aquisição e gestão das próteses e materiais, afirma.

"A prótese valvular biológica teve o valor na tabela do SUS reajustado em 63%, em 2017. Para obter subsídios adicionais e complementares, considerando o alto grau de complexidade da situação, o Ministério da Saúde realiza estudo econômico para avaliar possível reajuste dos valores pagos pela União para as próteses e para os conjuntos de circulação extracorpórea", informou em nota.

O governo de Goiás disse, em nota, que as unidades que realizam cirurgias cardíacas de alta complexidade são localizadas em Goiânia. As prefeituras de Goiânia e Anápolis não responderam aos questionamentos da reportagem.

Já o Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) afirmou, em nota, que tem apresentado ao ministério e nas discussões com gestores do SUS "preocupação com o repesamento das cirurgias eletivas, especialmente por causa da pandemia".

"A mortalidade e a mórbida -de por doenças cardiovasculares exigem que as ações integradas ocorram com celeridade", disse a entidade.

Cirurgias cardiovasculares com circulação extracorpórea

Fonte: Dados de cirurgias do DataSUS organizados pelo Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular

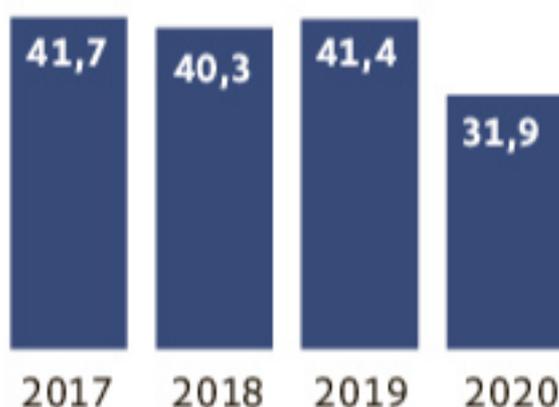
Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

## Cirurgias cardiovasculares com circulação extracorpórea

São cirurgias cardíacas de alta complexidade em que o médico precisa abrir o peito do paciente para realizar o procedimento. Apesar desse tipo de cirurgia, há procedimentos cardíacos menos invasivos

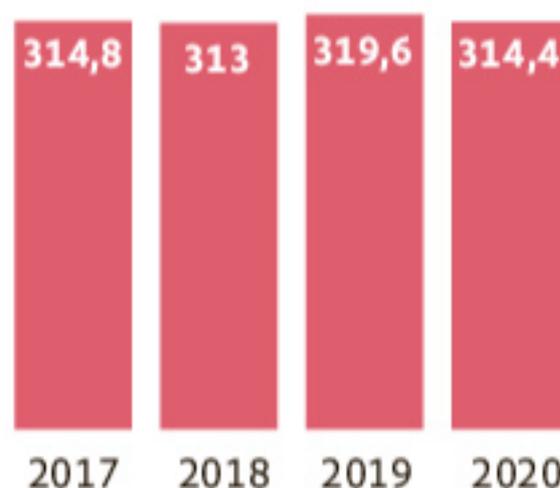
### Procedimentos realizados

Em milhares



### Mortes por doenças cardiovasculares\*

Em milhares



\*Doença Isquêmica do coração, doença cerebrovascular e outras doenças cardiovasculares

Fonte: Dados de cirurgias do DataSUS organizados pelo Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular

# Drible no teto cria cilada para 2023

**ADRIANA FERNANDES IDIANA TONAZELLI BRASÍLIA**

Em nome de sua tentativa de reeleição, o governo Jair Bolsonaro chancelou o desmonte na regra do teto de gastos - que limita o crescimento das despesas do governo à **inflação**.

Mas pode acabar criando uma armadilha fiscal a ser desarmada pelo próximo presidente - que pode ser o próprio Bolsonaro - já em janeiro de 2023.

Quase metade do valor de ao menos R\$ 400 a ser pago no Auxílio Brasil, novo programa social substituto do Bolsa Família, será em caráter temporário e acabará junto com a atual gestão, deixando famílias já em situação vulnerável expostas a um corte abrupto na renda domiciliar.

Especialistas apontam que dificilmente o próximo presidente conseguirá reduzir à metade o valor do benefício no início do governo, criando uma pressão para que o gasto se torne permanente.

O governo e lideranças do Centrão, com aval do ministro da Fazenda, Paulo Guedes, patrocinaram uma mudança na regra do teto para abrir um espaço de mais de R\$ 80 bilhões no Orçamento. Mas esse espaço não deve ir apenas para o Auxílio Brasil - será tomado por outras despesas.

Com o Auxílio Brasil turbinado e a certeza de uma injeção de gastos em 2022, o Banco Central deve precisar subir mais a taxa básica de juros, a Selic, para manter as rédeas sobre a **inflação**. Economistas já projetam que a Selic irá para algo mais próximo de 11%, e essa taxa norteia boa parte do custo da dívida pública.

No Ministério da Economia, até integrantes da equipe apontam reservadamente que, com a quebra do teto, o governo vai acabar tendo de pagar dois Auxílios Brasil: um às famílias e um outro gerado pelo custo maior dos juros da dívida.

O economista-chefe da XP investimentos, Caio Megale, estima que a elevação adicional da Selic para o patamar de 11% deve custar cerca de R\$ 70 bilhões em despesas de juros em 12 meses. "São dois programas Bolsa Família", diz.

Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro Nacional e hoje diretor da ASA Investments, lembra que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) abandonou os pilares

da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2014, no intuito de se reeleger, e teve sucesso em garantir mais um mandato, mas acabou jogando o Brasil em uma recessão profunda.

"Já vimos esse filme." Com a antecipação dos embates em torno do teto, Kawall acredita que 2023 será menos incerto, mas avalia que dificilmente o próximo presidente conseguirá reduzir o Auxílio Brasil a menos de R\$ 400. "Isso significa que a gente tem agora um crescimento de gasto em relação ao **PIB** que virou permanente." Um dos criadores do teto de gastos, o pesquisador do Insper, Marcos Mendes, diz que, se o próximo presidente estiver comprometido com a responsabilidade fiscal, terá de começar do zero. "O mercado não vai viver em eterna crise, se afundando todo dia. Vai se acomodar em patamar pior."

Mau negócio

O custo de juros com o estouro do teto bancaria dois programas Bolsa Família, diz economista

Armadilha fiscal

I Teto rompido

Para elevar o Auxílio Brasil dos atuais R\$ 200, em média, para R\$ 400, o governo poderia ter buscado a redução de gastos considerados desnecessários, como subsídios, emendas parlamentares ou o fundo eleitoral, turbinado nesta legislatura.

Mas, sob pressão política para elevar desembolsos com vistas à eleição de 2022, preferiu mexer na regra do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas

I Gasto permanente

A mudança no Auxílio é temporária: vai até dezembro de 2022. Mas, para especialistas, dificilmente o próximo presidente conseguirá reduzir o valor para R\$ 200 novamente, o que criaria um aumento permanente de despesas sem a contrapartida do aumento das receitas

I Prejuízo aos mais pobres

Ao apontar o aumento de gastos sem ter receita para isso, o governo sinaliza um descontrole das contas que faz o dólar subir, a **inflação** continuar alta e os

juros aumentarem, prejudicando o crescimento da economia. Com isso, acaba prejudicando mais diretamente a população mais pobre

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Auxílio virou pretexto para governo abrigar demandas do Centrão

**ADRIANA FERNANDES IDIANA TOMAZELLI BRASÍLIA**

A mudança do teto de gastos subiu o sarrafo das despesas do governo de forma permanente.

Diferentemente do que alardeiam os governistas, a revisão da regra não se restringe a 2022. A alteração atinge o coração do teto e será de difícil operacionalização, podendo levar à judicialização do Orçamento.

Técnicos experientes do Ministério da Economia, ouvidos pelo Estadão/Broadcast na condição de anonimato, contestam a tentativa do ministro da Economia, Paulo Guedes, de criar um antagonismo entre os defensores do teto e o Auxílio Brasil de R\$ 400, decidido pelo presidente Jair Bolsonaro.

Para esses técnicos, que trabalham na gestão fiscal, era plenamente possível elevar o valor do programa sem mexer no teto. Mas o governo não fez o dever de casa para cortar despesas e abrir espaço no Orçamento para um programa social robusto. E pior: usou os R\$ 400 como pretexto para expandir o teto de gastos e abrigar outras demandas do Centrão, que estaria de fato no comando da agenda econômica. Entre essas demandas estão recursos para emendas, obras, incremento do fundo eleitoral e o auxílio diesel para caminhoneiros, de R\$ 400.

Há pressão política também por reajuste dos servidores, depois de ao menos dois anos de congelamento forçado dos salários.

Os técnicos da área econômica se ressentem porque tinham um plano para cortar despesas, como o abono salarial - espécie de 14.º salário pago a trabalhadores com carteira assinada que ganham até R\$ 2,2 mil e que é considerado uma política ineficiente -, e aumentar as receitas com corte de renúncias tributárias, que foi rejeitado por Bolsonaro e seus aliados do Centrão.

**O PORQUÊ DA REGRA.** Hoje, o limite de despesas anual do teto de gastos é corrigido pelo IPCA acumulado em 12 meses até junho do ano anterior ao de sua vigência. A regra foi construída para dar previsibilidade na elaboração da proposta de Orçamento, enviada ao Congresso até 31 de agosto.

A nova regra, negociada pelo governo no afogadilho e sem discussão no Congresso, altera a forma de correção do limite do teto, que passa a ser o IPCA de janeiro a dezembro.

Ela foi feita para aumentar o espaço de gastos em 2022, mas terá efeito permanente enquanto durar o teto, até 2036.

É diferente da "licença para gastar" que vinha sendo negociada pela equipe de Guedes, que previa despesa extra de R\$ 30 bilhões apenas em 2022.

Integrante da equipe do exministro da Fazenda Henrique Meirelles, que criou o teto de gastos, o economista Marcos Mendes diz que o governo na época sabia que haveria o problema de descasamento entre o índice de **inflação** que corrige o teto e o índice até o final do ano, que corrige as despesas como benefícios previdenciários.

Se a **inflação** acelera no fim do ano, isso acaba deixando o teto do ano seguinte mais pressionado.

Para Mendes, o novo desenho acaba com o descasamento, mas gera um problema muito maior. Quando o governo fizer o Orçamento para enviar ao Congresso, não saberá qual será o teto de despesas. E a incerteza permanecerá até o momento de aprovação do Orçamento, que ocorre no fim do ano anterior ao de sua vigência - enquanto o resultado do IPCA só é divulgado no início do janeiro seguinte.

"A PEC diz para ajustar no ano seguinte quando tiver o número, mas isso vai dar muita judicialização", prevê Mendes.

Ele dá como exemplo os orçamentos do Judiciário e do Ministério Público, que também têm de obedecer a um teto.

Se a **inflação** ficar menor que a projetada, terá de ser feito um corte das despesas de um Orçamento já aprovado.

"Obviamente, Judiciário e MP vão judicializar e não vão deixar o orçamento ser cortado", alerta Mendes. Ele vê dificuldades de operacionalização para definir onde cortar as despesas no caso de a **inflação** ser menor do que a estimada.

Risco

"A PEC diz para ajustar (o teto) no ano seguinte, mas isso vai dar muita judicialização."

Marcos Mendes Economista que integrou a equipe que criou o teto

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Pandemia tem alívio, mas gastos públicos com saúde seguem em alta

***Marta Watanabe***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1)

# Condições financeiras deprimem PIB em 2022

*Anais Fernandes e Victor Rezende*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1)

# Estagflação vira realidade antes para mais pobres

*Marsílea Gombata, Lucianne Carneiro*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1)

# Economista alerta para risco de dominância fiscal

**Marsílea Gombata**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187044?page=1&section=1)